

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

DÚNIA DOS SANTOS NUNES

“UM HOMEM PRÁTICO VALEROSO”: A TRAJETÓRIA DE
CRISTÓVÃO PEREIRA DE ABREU NA AMÉRICA PORTUGUESA
(1737 – 1755)

PORTO ALEGRE, NOVEMBRO de 2009.

DÚNIA DOS SANTOS NUNES

“UM HOMEM PRÁTICO VALEROSO”: A TRAJETÓRIA DE CRISTÓVÃO
PEREIRA DE ABREU NA AMÉRICA PORTUGUESA (1737 – 1755)

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
a obtenção do título de Licenciado em
História, pelo Curso de História da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Kühn

Porto Alegre

2009

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que estiveram presentes durante o período em que me dediquei a este trabalho. À toda a minha família, por me dedicarem um apoio incondicional em todos os momentos. Em especial a minha mãe e irmã, companheiras de todos os momentos.

Ao meu orientador, professor Fábio Kühn. Acredito que um dos fatores que nos fazem escolher determinado tema de pesquisa é o professor e a forma como ele nos apresenta um assunto. Por esse motivo agradeço ao professor Fábio, não apenas por sua dedicada orientação ao longo do trabalho, mas também por ter despertado em mim o interesse pela História do Brasil Colonial.

Às minhas amigas Favoritas: por estarem sempre ao meu lado, por cantarem comigo e por inventarem histórias mirabolantes para o nosso futuro, o que sempre nos fez rir. Muitas das nossas conversas, mesmo que indiretas sobre o assunto, me deram forças para seguir adiante; creio que sem elas, essa jornada teria se realizado de forma muito mais difícil. Agradeço especialmente à Clarissa Wetzel, por ser minha irmã, mesmo não o sendo, e à Alexandra Coda, por ter dedicado tanto de seu tempo para discutir comigo aspectos teóricos e práticos deste trabalho, além de ler e comentar a respeito das minhas idéias, com certeza a ajuda que me prestou é inestimável.

*“Nunca vi ninguém
Viver tão feliz
Como eu no sertão.”
(Victor Chaves)*

SUMÁRIO

Introdução	06
Capítulo 1 – O sul da América portuguesa no século XVIII.	13
1.1 – A sociedade portuguesa de Antigo Regime	13
1.2 – Ocupação e consolidação do território no extremo sul do continente americano	16
Capítulo 2 – Negócios no extremo sul	23
2.1 – Atuação de Cristóvão Pereira no comércio platino e fluminense	23
2.2 – Tropeirismo e abertura da Estrada Real	27
2.3 – A construção do presídio Jesus Maria José	29
Capítulo 3 – Velhos e novos caminhos: tropas de gado e cargos públicos	32
3.1 – Atividades de Cristóvão Pereira no Rio Grande de São Pedro após a construção do presídio	32
3.2 – Interesses na região mineradora: solicitação de cargos públicos	35
3.3 – Participação nas atividades demarcatórias do Tratado de Madri	37
Considerações Finais	40
Fontes e bibliografia	42
Fontes primárias manuscritas	42
Fontes primárias impressas	44
Referências bibliográficas	44

INTRODUÇÃO

A historiografia tradicional considera a figura do tropeiro como um dos elementos fundadores do atual estado do Rio Grande do Sul. Função de suma importância no século XVIII – momento em que as fronteiras não estavam bem estabelecidas na América portuguesa – através da qual, ao realizar suas viagens a negócios ou mesmo a serviço da Coroa, os tropeiros acabaram expandindo os limites do território lusitano e tornando locais até então ignorados ou abandonados em novas terras portuguesas. Cristóvão Pereira de Abreu foi um desses homens que desbravaram sertões em nome da Coroa, tornando-se não só um simples tropeiro, inserido no movimento de ampliação de domínio dos territórios, mas, também, conhecedor da sociedade colonial brasileira da época.

Cristóvão Pereira de Abreu nasceu em Portugal em data imprecisa, porém, acredita-se que tenha ocorrido por volta de 1680. Seu nome surge na história de Portugal e, sobretudo, na do Brasil, como um negociante que participou ativamente do desbravamento e da ocupação portuguesa no território conhecido como Capitania d'El Rey, localizado entre Laguna e o Rio da Prata. Ao longo de sua vida esteve envolvido em atividades diversas, tendo sido coureador, contratador de quintos e tropeiro. Devido a sua proximidade com alguns homens do governo português, Cristóvão também prestou serviços a Coroa lusitana e, devido a competência com que desempenhou tais tarefas, foi nomeado Coronel de Ordenanças no momento em que o encarregaram de atuar junto a Silva Pais na fundação do presídio na barra do Rio Grande, além de ter adquirido outras mercês ao longo de sua vida. Como manifestação da confiança que homens importantes da administração portuguesa detinham a Cristóvão, encontram-se em diversos documentos elogios ao tropeiro, como o contido no título do presente trabalho.¹

Na bibliografia existente sobre o assunto, encontram-se livros de diversos autores sul-rio-grandenses sobre a História do Rio Grande do Sul que discursam sobre a atuação de Cristóvão Pereira nesse território. Porém, antes de tratar desses escritores, é

¹ ANDRADE, Gomes Freire de. “Instrução que deve seguir o Snr. Brigadeiro José da Silva Paes na expedição a que vae por ordem de S. Mag.^{de}”. In: MONTEIRO, Jonathas da C. R., op. cit., pp.95-98, citação p.96-97.

importante salientar que nem sempre o nome desse personagem esteve presente nos estudos sobre o território sulino no século XVIII. Somente em 1900, quando os manuscritos de Simão Pereira de Sá² foram encontrados e publicados, os pesquisadores lançaram a Cristóvão Pereira de Abreu um novo olhar. Essa obra, escrita ainda no século XVIII, ao mesmo tempo em que os conflitos entre Portugal e Espanha se desenrolavam, apresenta Cristóvão como um dos personagens principais na construção do presídio de Rio Grande de São Pedro, desempenhando uma função tão importante neste episódio da História sul-rio-grandense quanto foi a do Brigadeiro Silva Pais. Nessa narrativa, o herói – Cristóvão Pereira de Abreu – foi atacado por índios tapes ao aproximar-se do Rio Grande de São Pedro. De acordo com Pereira de Sá, nesse combate teriam havido “*mais de cem tapez a cada português*”³, os quais Cristóvão e sua tropa enfrentaram destemidamente. Simão Pereira de Sá escreveu *História Topográfica e Bélica...* por ordem de Sua Majestade Fidelíssima e, por isso, podemos entender a necessidade de exaltar as realizações dos portugueses, nesse caso o tropeiro Cristóvão Pereira de Abreu, exibindo sua sabedoria e coragem. Seu objetivo ao escrever esta obra claramente foi fornecer, indícios que servissem como justificativa para o governo lusitano efetivar sua ocupação no território ao sul de Laguna, que pertencia então a Coroa espanhola.

Em meados do século XX, diversos autores concentraram seus estudos no período de formação do estado do Rio Grande do Sul, produzindo várias obras a respeito do assunto. Muitos desses escritores abordaram aspectos da vida de Cristóvão Pereira de Abreu, sobretudo seu desempenho nos preparativos para a chegada de Silva Pais entre 1736 e 1737 no canal do Rio Grande de São Pedro. Devido a participação de Cristóvão na construção do presídio, onde mais tarde surgiria a primeira Vila do atual Rio Grande do Sul, autores vinculados à corrente historiográfica gaúcha que busca na cultura lusa a origem da identidade sulina, apresentam o personagem como um dos fundadores do estado.⁴

² Esta obra foi escrita por ordem da Coroa Portuguesa, sendo o autor, Simão Pereira de Sá, um funcionário da Coroa. O texto integral esteve perdido por muito tempo e somente no ano de 1900 pesquisadores o encontraram na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, em São Paulo. Apenas em 1993 a obra completa foi publicada, contudo alguns trechos da narrativa foram publicados ao longo do século XX, servindo de fonte para alguns estudiosos. SÁ, Simão Pereira de. **História Topográfica e Bélica da nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata**. Porto Alegre: Arcano 17, 1993.

³ SÁ, op. cit., p.160.

⁴ A chamada *matriz lusitana*, que se confrontava ideologicamente com a *matriz platina*, defendia um “*processo de construção do discurso histórico que criava uma identidade lusitana para o Rio Grande do*

Os escritores pertencentes a essa linha de pensamento histórico procuram localizar, assim como distinguir, elementos característicos da cultura lusa que se mantém presente na cultura sul-rio-grandense. Ou seja, eles defendem a existência de uma tradição lusitana na formação da identidade gaúcha como a conhecemos no século XX. De acordo com esses escritores, o Rio da Prata seria o limite natural da fronteira entre as colônias portuguesa e espanhola na América; dessa forma, as ações políticas e militares portuguesas tomadas no sentido de ocupar a região do Rio Grande de São Pedro teriam sido legítimas. Porém, para os castelhanos, o que demarcava essa linha limítrofe seria o rio Uruguai, ou seja, o território luso-brasileiro terminaria onde atualmente encontra-se a divisa entre os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Partindo desse pensamento, autores de uma historiografia mais tradicional, como Guilhermino César, Arthur Ferreira Filho, Walter Spalding e Moysés Vellinho, tomaram Cristóvão Pereira de Abreu como um dos personagens fundadores do estado rio-grandense. Isso porque ele foi um dos primeiros portugueses a atravessar o território da Capitania D'El Rei e, devido a suas atividades como tropeiro na região, auxiliou a Coroa portuguesa no processo de desbravamento e consolidação de sua posse no referido território.⁵

Quanto a obras mais recentes, que dispõem de uma nova perspectiva historiográfica, não mais vinculada a *matriz lusitana*, há a dissertação de mestrado de Martha Hameister, na qual a pesquisadora destaca a trajetória de Cristóvão por ser este personagem um tropeiro característico da sua época e por ter um grande número de fontes documentando suas atividades.⁶

Apesar dessa extensa bibliografia, infelizmente, poucos autores trazem informações sobre Cristóvão Pereira no período posterior a 1737. Somente Aurélio Porto e Martha Hameister nos apresentam algumas informações sobre as atividades desempenhadas pelo tropeiro após essa data. Em “História das Missões Orientais do Uruguai”, Aurélio Porto afirma que Cristóvão teria trazido para a região de Rio Pardo

*Sul e insistia na existência de sentimentos brasileiros no estado”. GUTFREIND, Ieda. A **Historiografia Rio-grandense**. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1992, p. 37.*

⁵ SPALDING, Walter. **Construtores do Rio Grande – volume I**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1969. p.148

⁶ HAMEISTER, Martha Daisson. **O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727-c.1763)**. Rio de Janeiro: PPGHIS - UFRJ, 2002. (Dissertação de mestrado).

cerca de 200 homens sob ordens do comissário Gomes Freire de Andrade, porém ele não especifica as fontes consultadas, o que impede que algumas informações trazidas por ele possam ser confirmadas. Já a historiadora Martha Hameister, faz apontamentos de grande validade sobre as atividades do tropeiro, acompanhando diversos momentos da vida de Cristóvão Pereira. A autora utiliza a trajetória do tropeiro como fio condutor da pesquisa, que tem por objetivo as relações de comércio de animais no Rio Grande de São Pedro e as redes nas quais seus negociantes estavam inseridos.⁷

Percebendo essa lacuna existente nos estudos referentes a Cristóvão Pereira de Abreu entre os anos de 1737 e 1755, resolvi buscar novas fontes que pudessem preencher esse “vazio” na biografia do tropeiro. Devido a sua constante mobilidade dentro do território português na América, foi necessário pesquisar fontes em bancos de dados de outras capitanias, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O acompanhamento de sua trajetória revela diversos mecanismos sociais característicos do Antigo Regime português, uma vez que Cristóvão Pereira se inseria em redes e atividades dessa sociedade. Outro ponto importante em que podemos nos deter ao analisar a trajetória desse personagem é que ao longo de sua vida ele soube utilizar os mecanismos de distinção social oferecidos em seu tempo para ascender nessa comunidade.

Assim, para se responder ao problema da pesquisa – em quais atividades Cristóvão Pereira de Abreu esteve envolvido após 1737 e em que locais as concentrava – se faz necessário o uso de alguns referenciais teóricos que possam organizar e orientar a presente investigação. Para tanto, o estudo de textos sobre a questão da escrita biográfica e análise de trajetórias surgiram como um imperativo para que a pesquisa seja desenvolvida de forma adequada. Assim, buscou-se em autores como Pierre Bourdieu, Sabina Loriga, Giovani Levi, Benito Schmidt e Carlo Ginzburg, os pressupostos teórico-metodológicos que permitem a realização deste trabalho.

De acordo com Benito Schmidt, a biografia “*em seu sentido lato, de escrito que tem por objeto a história de uma vida particular, (...) está ligada ao próprio surgimento da história como forma de conhecimento do mundo*”.⁸ Assim, o gênero biográfico foi utilizado por historiadores para relatar acontecimentos relativos ao homem desde os

⁷ HAMEISTER, op. cit., p.111.

⁸ SCHMIDT, Benito B. “Biografia e regimes de historicidade”. In: **Métis: história e cultura**. V.2, n.3, jan./jun. 2003. p.58.

primórdios da sociedade escrita, como demonstram textos gregos do século IV a.C que valeram-se desse instrumento narrativo. Até os séculos XVIII e XIX, esse gênero foi empregado de acordo com o antigo ideal de *historia magistra vitae*. Esses textos possuíam um forte caráter moralizante, pois se acreditava que o passado constituía um exemplo para o presente. Nesse estilo de biografia, os autores destacavam os atos heróicos realizados pelos “grandes homens”, ignorando as passagens mais obscuras de sua existência. No século XVIII começa a surgir outro tipo de biografia, onde a vida de pessoas comuns passa a ganhar espaço nos livros de História, substituindo o papel dos grandes personagens. Esse novo interesse está em conformidade com os ideais iluministas, pautados pelo princípio de igualdade entre as pessoas, reconhecendo em todos sua importância na construção da História.

No século XIX, as biografias deixam de fazer parte dos estudos históricos, pois de acordo com as filosofias marxista e positivista, a História não é governada pelos homens e, sim por forças naturais que regem os acontecimentos. Contudo, nesse mesmo período, o gênero biográfico recebe atenção de literatos, que mantêm a tradição de relatar acontecimentos por meio de narrativas individuais em seus textos. Quanto a discussão sobre a utilização desse estilo narrativo em estudos históricos, Benito Schmidt afirma que

“o século XIX foi marcado pela discussão a respeito do papel do indivíduo na História. Essa, à medida que se constituía como uma disciplina autônoma e com pretensões científicas, acabou menosprezando o estudo de trajetórias individuais, estigmatizando a biografia como um gênero menor, mais próximo do anedótico e do antiquarismo dos amadores”.⁹

Contudo, no século seguinte, historiadores voltaram a utilizar o gênero biográfico para realizar seus estudos, porém de forma ainda tímida. Foi somente no fim do século XX que as biografias voltaram a figurar em trabalhos de pesquisa histórica. Esse acontecimento se deveu, muito provavelmente, à procura de uma identidade através da história-memória.

Quanto aos cuidados que os historiadores devem ter ao trabalhar com biografias, Sabina Loriga destaca dois pontos a serem levados em conta nesse tipo de estudo: não selecionar apenas os momentos mais comuns da vida do biografado por serem representativos da sociedade da época; não escrever a respeito de um personagem de uma forma “*excessivamente linear, como um caminho, uma estrada, uma carreira,*

⁹ SCHMIDT, op. cit., p.61.

com, portanto, um começo, algumas etapas e um fim”.¹⁰ No mesmo sentido, Benito Schmidt afirma que

“a biografia não pode ser narrada como a revelação de um sentido já dado *a priori* ou como a realização de um plano pré-fixado e conhecido pelo historiador que parte de um plano pré-fixado e conhecido pelo historiador que parte de uma visão retrospectiva. Cabe, então, ao biógrafo, acompanhar o “fazer-se” (...) do indivíduo ao longo de sua vida, levando em conta os diferentes espaços sociais por onde ele se movimentou, mas também suas percepções subjetivas, oscilações, hesitações e mesmo o acaso”.¹¹

Na opinião de Loriga, o gênero biográfico deve ser empregado de maneira a estabelecer uma nova forma de se questionar a multiplicidade dos acontecimentos passados, que nem sempre possuem a suposta coerência apresentada nos textos históricos. Em “*A ilusão biográfica*”, de Pierre Bourdieu, o historiador afirma que

“Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma seqüência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar”.¹²

Assim, ao trabalhar com biografia em uma pesquisa histórica deve-se ter esse cuidado, percebendo que os acontecimentos nos quais o objeto de estudo (o biografado) esteve envolvido enquanto vivo nem sempre possuíam um claro sentido para ele, pois “*o real é descontínuo, formado de elementos justapostos sem razão, todos eles únicos e tanto mais difíceis de serem apreendidos porque surgem de modo incessantemente imprevisto, fora de propósito, aleatório*”.¹³ Apesar dessa unicidade que cada vida apresenta, é importante lembrar que mecanismos sociais possibilitam a historiadores utilizarem a trajetória de uma pessoa como representante de uma sociedade em determinada época.

Em estudos de análises de trajetória, as considerações de Carlo Ginzburg podem ser de grande proveito, auxiliando na definição do método a ser seguido ao longo da pesquisa.¹⁴ Segundo o autor, pesquisas em séries documentais possibilitam ao historiador localizar o mesmo indivíduo ou grupos de pessoas em contextos sociais

¹⁰ SCHMIDT, Benito B. “Entrevista com Sabina Loriga: a história biográfica”. In: **Métis: história e cultura**. V.2, n.3, jan./jun. 2003. p.18.

¹¹ SCHMIDT, Benito B. “Biografia e regimes de historicidade”. In: **Métis: história e cultura**. V.2, n.3, jan./jun. 2003. p.69.

¹² BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.185

¹³ ROBBE-GRILLET apud BOURDIEU, op. cit., p.185

¹⁴ É importante salientar que, apesar do texto de Carlo Ginzburg tratar-se da metodologia aplicada em seus estudos de micro-história, a presente pesquisa não compõe um estudo de micro-história.

diversos, sendo o nome do sujeito o fio-condutor da investigação. No caso da presente pesquisa, em que o objeto pesquisado, ou seja, o nome procurado nos documentos, refere-se a um homem em constante movimento dentro do território da América portuguesa, Ginzburg ainda afirma que

“Uma investigação (...) é possível mesmo no caso de indivíduos que pertençam a estratos sociais de elevada mobilidade geográfica. Aqui, naturalmente, é necessário proceder um pouco mais às palpadelas, confiando na sorte; mas o nome revela-se, mais uma vez, uma bússola preciosa”.¹⁵

Outro ponto que merece atenção é o trabalho com fontes escritas. O historiador deve saber que o documento é produzido por alguém com um propósito, o que torna a fonte parcial. A pessoa ou instituição a quem é remetido o documento também influencia na forma como o texto é redigido e, sobretudo seu conteúdo. Segundo Sílvia Lara, as conhecidas perguntas que levam a determinação do contexto de produção da fonte a ser utilizada não devem ser esquecidas. Segundo Lara, é necessário “(...) *prestar atenção ao contexto institucional de produção de cada peça documental, às intenções do autor, aos termos empregados na descrição dos eventos e na qualidade das pessoas e às traduções lingüísticas e culturais operadas em cada texto*”.¹⁶

Utilizando, portanto, tais referenciais teóricos e metodológicos, esse trabalho busca tratar das atividades desenvolvidas pelo tropeiro Cristovão Pereira, num momento posterior à construção do presídio de Rio Grande. Para tanto, retoma-se alguma discussão sobre o Antigo Regime para compreender melhor a atuação da Coroa lusitana na América. Trata-se, nessa primeira parte, não apenas da sociedade portuguesa e de seus mecanismos de distinção social, como também da ocupação lusitana no extremo sul do território luso-brasileiro. Num segundo momento, volta-se para a análise da figura de Cristovão Pereira propriamente dita: sobre suas atividades e como estas vincularam-se com a consolidação do domínio português na América meridional.

O que se procura, ao longo da pesquisa, é entender a importância desse personagem na história do Rio Grande do Sul, numa época em que as fronteiras do extremo sul do Brasil se encontravam em constante movimento.

¹⁵ GINZBURG, Carlo. “O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico”. In: **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989. p.175.

¹⁶ LARA, Sílvia Hunold. “Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico”. In: **Anos 90**, v.15, n.28, 2008. p.21.

Capítulo 1: O sul da América portuguesa no século XVIII

1.1. A sociedade portuguesa de Antigo Regime.

A respeito da centralização do poder monárquico, difundido e aceito por muito tempo nos estudos de História Moderna, Antonio Manuel Hespanha traz alguns questionamentos. Com a idéia de uma monarquia corporativa, ou seja, que a Coroa portuguesa servia-se de instituições político-jurídicas para firmar seu poder, sobretudo em locais distantes do centro administrativo do Império, o autor estabelece novos parâmetros para se analisar a sociedade e a política portuguesas no período moderno.¹⁷ Seguindo esse pensamento, temos como características desse sistema político: a diminuição das funções régias, concentrando suas atividades no exercício da justiça; a limitação do direito legislativo da Coroa, “*enquadrado pela doutrina jurídica (...) e pelos usos e práticas jurídicos locais*”;¹⁸ o sistema político e administrativo constituía-se por hierarquias sobrepostas, que por essa natureza acabavam por se contrapor umas as outras, inclusive em relação ao próprio rei, de forma a enfraquecer o poder régio; os deveres políticos dos vassallos do rei perdiam força frente aos deveres morais e afetivos.

Para firmar sua autoridade, a monarquia lusa valia-se de práticas sociais e institucionais variadas, pautadas pelas características descritas acima. Esse sistema político era vantajoso, sobretudo, nos territórios ultramarinos, pois garantia à Coroa mecanismos que permitiam a integração, em maior ou menor grau, das colônias ao aparelho administrativo do Império português. Dentre esses mecanismos, destacamos o estatuto remuneratório, que consistia na doação de uma mercê em troca de serviços prestados à Coroa. O benefício adquirido pelo vassallo do rei poderia ser o direito a terras (sesmarias), cargos ou algum título de nobreza. No caso da América portuguesa, a administração real utilizou-se largamente dessa “economia da mercê” para assegurar seu domínio político nas colônias. De acordo com Maria Fernanda Bicalho,

“ao retribuir os feitos de seus vassallos, a Coroa reafirmava o pacto político que os unia a si própria. A partir desses valores, noções e práticas do Antigo

¹⁷ HESPANHA, A. M. “A constituição do Império português. Revisão de alguns viesamentos correntes”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, M. Fernanda; GOUVÊA, M. Fátima (orgs.). **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp.163-187. HESPANHA, António Manuel. “Depois do Leviathan”. In: **Almanack Braziliense**, São Paulo, nº.5, pp.55-66, maio de 2007. Disponível em: <http://www.almanack.usp.br/PDFS/5/05_artigo_1.pdf>. Acesso em 8 out. 2009.

¹⁸ HESPANHA, A. M. “A constituição do Império português...”, op. cit., p.166.

Regime – e que tinham na economia das mercês sua lógica fundadora – os conquistadores da América portuguesa dispunham suas vidas e fazendas em prol de uma causa que não era apenas sua ou dos grupos que representavam; tornando-se, enquanto vassallos do Rei de Portugal, agentes da fundação e da coesão do Império português”.¹⁹

Com essa prática de remuneração de serviços, segundo Nuno Monteiro, nos séculos XVII e XVIII, houve uma espécie de *banalização* dos títulos de nobreza.²⁰ Nesse período, uma parcela da sociedade portuguesa valeu-se da competência de distribuição de honras e classificação social atribuídas à monarquia para obter, através da prestação de serviços, distinções nobiliárquicas. Desse modo, surgiu uma “nova” nobreza²¹, que dispunha de menos privilégios em relação à antiga fidalguia, mas que se distinguiu dos vassallos comuns. A fidalguia era a nobreza existente desde o final da Idade Média, que se manteve ao longo dos séculos por meio do princípio da hereditariedade e que constituía o topo da sociedade nobre lusitana. Seus títulos foram recebidos na chamada “guerra viva”, onde os detentores de privilégios os receberam por desempenhar funções militares de grande importância nas conquistas do Império lusitano.

Os domínios ultramarinos possibilitaram a formação de uma nova elite social. Através da prestação de serviços, súditos lusitanos receberam mercês que permitiram a eles ascender dentro dessa sociedade colonial e, ao mesmo tempo, garantir ao rei a posse sobre os territórios recém conquistados, assegurando sua autoridade. Conforme a historiadora Maria Fernanda Bicalho, “*o ideário da conquista, a ‘economia da mercê’ e o exercício do poder camarário apareciam, na dinâmica do Império português, como mecanismos de afirmação do vínculo político entre vassallos ultramarinos e soberano*”.²²

O conjunto de relações sociais, econômicas, políticas e culturais presentes nas sociedades existentes nos Estados Modernos em formação na Europa entre os séculos

¹⁹ BICALHO, M. Fernanda. “Conquista, mercês e poder local: a *nobreza da terra* na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”. In: **Almanack Braziliense**, São Paulo, nº.2, p.21-34, novembro de 2005. Disponível em: <www.almanack.usp.br/PDFS/2/02_forum_2.pdf>. Acesso em 8 out 2009.

²⁰ MONTEIRO, Nuno G. “O ‘Ethos’ Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social”. In: **Almanack Braziliense**, São Paulo, nº.2, p.4-20, novembro de 2005. Disponível em: <www.almanack.usp.br/PDFS/2/02_forum_1.pdf>. Acesso em 8 out. 2009.

²¹ BICALHO, M. Fernanda. “Conquista, mercês e poder local...”, op. cit., p.28.

²² BICALHO, M. Fernanda. “Conquista, mercês e poder local...”, op. cit., p.30. A autora traz um bom exemplo de elite colonial na América portuguesa, a “*nobreza da terra*”: classe composta pelos vassallos do rei que obtinham uma posição importante em sua localidade, como senhores de terras e escravos, além de terem acesso a cargos nas Câmaras Municipais.

XV e XIX é denominado de *Antigo Regime*. Essa expressão, contudo, possui peculiaridades de acordo com o local e o período do qual está se tratando. Ao mencionar a sociedade de *Antigo Regime* na América portuguesa, atenta-se para o fato de que nas colônias lusitanas haviam fatores que diferenciavam as relações ali existentes daquelas presentes na metrópole. Entretanto, apesar das particularidades existentes entre os territórios que pertenciam ao Império português, a sociedade que se formou nesses locais pautava-se em valores e práticas desenvolvidas no reino. Do mesmo modo que existem modificações no significado do termo *Antigo Regime* de acordo com o local, há também alterações dependendo do período estudado, pois suas características não são estáveis ao longo dos séculos.

Quanto a utilização do conceito de *Antigo Regime* para o estudo da América portuguesa no período colonial, os textos de Laura de Mello e Souza e Antonio Manuel Hespanha sobre o assunto ajudam a entender como o termo pode e deve ser empregado.²³ A autora afirma que

“conhecendo muito bem as lógicas internas da administração portuguesa quinhentista e seiscentista, a obra de Hespanha tem sido decisiva no sentido de chamar atenção para a importância de se olhar o passado com “um país estrangeiro”, sem incorrer nos anacronismos (...). O que hoje soa confusão de atribuições ou superposição de jurisdições é elemento constitutivo e característico do Estado europeu entre os séculos XV e XVIII, do período que, de modo talvez impreciso, se convencionou chamar de Antigo Regime”.²⁴

Assim, Laura de Mello e Souza aponta alguns equívocos presentes nos estudos de Antonio Manuel Hespanha, pois na sua opinião, os pressupostos do autor são aplicáveis somente em análises concernentes ao século XVII e não devem ser utilizados indiscriminadamente em estudos referentes às colônias lusitanas, pois o objetivo do autor é analisar o Portugal continental, não seus territórios ultramarinos. A crítica da autora quanto a utilização do termo *Antigo Regime* é que esse conceito não pode ser aplicado para se referir ao império ultramarino português. Criado para designar a sociedade e a política existentes na França pré-revolucionária, esse termo passou a ser empregado a diversos Estados europeus, ou seja, compôs um verdadeiro *sistema*,

²³ SOUZA, Laura de Mello. **O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, sobre o assunto ver especialmente pp.48-77; HESPANHA, Antonio Manuel. **As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal, século XVII**. Coimbra: Livraria Almedina, 1994; HESPANHA, “Depois do Leviathan”, op. cit., pp.55-66.

²⁴ SOUZA, op. cit., p.48.

identificado com o absolutismo.²⁵ No entanto, de acordo com Laura de Mello e Souza, o termo *Antigo Regime* – assim como *absolutismo* – não pode ser utilizado para caracterizar a sociedade constituída na América portuguesa do século XVIII. Para a autora, as relações existentes nos diversos territórios do império ultramarino português vão além do significado que o termo *Antigo Regime* consegue transmitir. No entanto, tal conceito pode ser utilizado, desde que se saiba suas limitações.

1.2. Ocupação e consolidação do território no extremo sul do continente americano.

No início do século XVIII o Continente do São Pedro, como era conhecida a região existente entre o sul de Laguna e o norte do Rio da Prata, começou a receber maior atenção das autoridades portuguesas. Esse território foi palco de constantes conflitos entre as coroas portuguesa e espanhola: desde a assinatura do Tratado de Tordesilhas em 1494, pelo qual os espanhóis detinham o direito de posse sob as terras ao sul de Laguna, os súditos das duas monarquias disputaram a posse da referida região.

Na tentativa de estender seus domínios no sul do império português na América, o Conselho Ultramarino enviou ordens a Dom Manuel Lobo, então governador e capitão-mor da capitania do Rio de Janeiro, para que esse estabelecesse uma fortaleza na margem setentrional do Rio da Prata, em frente à Ilha de São Gabriel. Além da questão territorial, este episódio também esteve marcado por demandas econômicas, uma vez que, desde o fim da União Ibérica (1580-1640), as transações comerciais entre portugueses e espanhóis na região platina haviam sido bastante dificultadas. A fundação dessa praça servia aos interesses mercantis que Portugal possuía na região, pois o território, além de receber parte dos metais preciosos extraídos das minas de Potosí, possuía vastos rebanhos de gado *vacum*.²⁶ Devido a constante falta de moeda no território luso-brasileiro, tornou-se essencial a arrecadação de parte do metal que

²⁵ SOUZA, op. cit., pp.63-64.

²⁶ Sobre a fundação da Nova Colônia do Sacramento e suas motivações, ver: PRADO, Fabrício Pereira. **A Colônia de Sacramento: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII**. Porto Alegre: F.P.Prado, 2002, pp.35-43.

chegava a Buenos Aires.²⁷ Para incorporar esses metais à rede mercantil do império português, mercadores valeram-se do comércio ilícito. A prática de contrabando constituía uma atividade bastante freqüente entre portugueses e espanhóis na região platina, havendo, inclusive, incentivo de autoridades lusas no sentido de estimular os comerciantes fluminenses a executarem tal tipo de intercâmbio com os castelhanos, uma vez que o acordo realizado com a Espanha proibia o comércio de mercadorias provenientes da Europa e da Índia Oriental, porém não mencionava transações comerciais referentes a região do Rio da Prata.²⁸

A partir de meados do século XVIII, o Rio de Janeiro começou a ganhar importância como participante ativo no sistema mercantil do Atlântico lusitano. Para desenvolver essas relações mercantis com outras colônias portuguesas, sobretudo com Angola, a capitania fluminense necessitava de produtos que pudessem fazer frente a concorrência existente entre seus artigos e aqueles procedentes da Bahia e de Pernambuco, sendo as mercadorias (tabaco, cachaça) desses últimos de maior qualidade que as provenientes do Rio de Janeiro. Assim, o interesse em estabelecer uma rede de comércio estável na região platina também estava relacionado ao desenvolvimento da capitania fluminense, a qual o território meridional da América portuguesa estava subordinado.²⁹ De acordo com Antonio Jucá de Sampaio,

“Sacramento era a corporificação de uma demanda repetida da Câmara carioca pela fundação de uma colônia que incrementasse as tradicionais relações entre o Rio de Janeiro e a região do rio da Prata. (...) as instruções reais eram de que a própria capitania fluminense fornecesse os recursos e elementos necessários à empresa.”³⁰

Assim, movidos por essa questão financeira e comercial, as autoridades fluminenses providenciaram os meios necessários para a criação de um forte no Rio da Prata. Segundo Arthur Ferreira Filho, para construir essa fortaleza e povoar a Nova Colônia do Santíssimo Sacramento – denominação dada ao povoado criado por ordem

²⁷ Sobre as rotas comerciais espanholas no sul da América, ver CANABRAVA, Alice. **O comércio português no rio da Prata (1580 – 1640)**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/ USP, Boletim XXXV, 1944.

²⁸ SAMPAIO, A. C. J. **Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. pp.141-142.

²⁹ Para aprofundar esse assunto ver: SAMPAIO, op. cit., pp.139-184. Nesse capítulo, Antonio Sampaio faz uma análise da participação fluminense no mercado atlântico, destacando as dificuldades existentes e superadas após 1680, quando o Rio de Janeiro teve seu papel no interior do império lusitano redefinido, preenchendo o posto de destaque antes exercido pela capitania da Bahia. Nesse texto o autor também explica a importância desempenhada pela praça de Colônia do Sacramento para essa redefinição do papel do Rio de Janeiro.

³⁰ SAMPAIO, op. cit., p. 146.

do Conselho Ultramarino no Rio da Prata –, D. Manuel Lobo levava consigo somente pessoas de simples trato, “*lavradores, homens inábeis ao manejo das armas, e sem qualquer aparelhamento bélico*”.³¹ Isso porque os portugueses, na opinião do autor, acreditavam estar agindo de “boa fé”, afinal seus domínios na América estendiam-se naturalmente até o Rio da Prata e nada mais apropriado do que criar uma povoação naquele local. É importante ressaltar que Ferreira Filho faz parte da corrente historiográfica que defende a tradição lusitana na formação da identidade gaúcha como a conhecemos no século XX. De acordo com os autores dessa corrente historiográfica, o Rio da Prata era o limite natural da fronteira entre as colônias portuguesa e espanhola na América; e dessa forma, as ações políticas e militares portuguesas tomadas no sentido de ocupar a região conhecida como Rio Grande de São Pedro eram legítimas. Porém, para os castelhanos, o que demarcava essa linha limítrofe era o rio Uruguai, ou seja, o território luso-brasileiro terminaria onde atualmente encontra-se a divisa entre os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. No entanto, toda essa discussão a respeito dos “limites naturais” que os portugueses empregaram para legitimar sua ocupação no território marginal ao Rio da Prata encobria seu verdadeiro interesse nessa região, a prata espanhola e o couro retirado do vasto rebanho espalhado pelos campos da Vacaria del Mar.

Tão logo a Colônia portuguesa no Rio da Prata fora erguida, os novos povoadores tiveram de lidar com um assalto castelhano. O escritor Guilhermino César aponta que, ao chegar ao Rio da Prata, D. Manuel Lobo

“... estabeleceu discussões preliminares [com D. José de Garro, governador de Buenos Aires], cientificando-o de que, à vista das cartas geográficas em seu poder, os limites das possessões lusas, respeitada a linha de Tordesilhas, chegavam precisamente até o paralelo 45. O território em que se achava pertencia, portanto, de direito ao seu soberano”.³²

D. José de Garro não aceitou as justificativas de D. Manuel Lobo e, ao ver que este seguia o plano traçado para a construção de uma fortaleza, organizou uma armada para expulsar os portugueses da região. O comandante das tropas castelhanas organizou um cerco a praça portuguesa com o intuito de lá permanecer até que os súditos de Portugal se rendessem. Após alguns meses de bloqueio, frente ao descaso do governo espanhol,

³¹ FERREIRA FILHO, Arthur. **História geral do Rio Grande do Sul 1503-1964**. Porto Alegre: Globo, 1958, p.27.

³² CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul – período colonial**. Porto Alegre: Globo, 1980, p.78.

que se encontrava envolvido em conflitos europeus, e à ausência do reforço português – que sofreu um naufrágio a caminho do Rio da Prata –, soldados de ambos os lados ameaçaram abandonar a luta. Então, Vera Muxica, comandante das tropas castelhanas, resolveu tomar de assalto a Colônia do Sacramento que, em poucas horas, foi destruída. Além da derrota sofrida e da conseqüente expulsão dos portugueses, D. Manuel Lobo foi aprisionado e levado para Buenos Aires, onde morreu em 1683, mesmo ano em que o domínio da praça voltou a Coroa portuguesa por meios diplomáticos.³³

Com a reocupação da Colônia do Sacramento, teve início o período conhecido como o do “tráfico dos governadores”, denominação que se refere ao papel destacado dos primeiros administradores daquela praça, que souberam como desenvolver as atividades locais. Nos primeiros anos, esse núcleo expandiu suas relações mercantis graças ao comércio de couros e a produção de trigo, além do trato ilícito com Buenos Aires, no qual os próprios governadores se envolviam. O enclave português no Prata desenvolveu-se até 1705, quando alterações na política da Coroa espanhola pôs um fim a esse período de relativa paz entre os súditos de ambos os reinos no Rio da Prata. Assim, organizou-se um novo ataque castelhano à Nova Colônia de Sacramento, onde mais uma vez os portugueses foram expulsos daquele território.³⁴

Somente em 1716, conforme as decisões tomadas com o segundo tratado de Utrecht (1715), a praça retornou ao domínio lusitano. De acordo com Fabrício Prado, após essa reocupação houve uma modificação no caráter desse povoado, pois a partir desse momento foram enviados à Nova Colônia casais açorianos para dedicarem-se à agricultura; assim, a Coroa portuguesa “*intentava sedimentar um baluarte militar e também populacional*” no Rio da Prata.³⁵ Nos anos seguintes, entre 1716 e 1735, a Nova Colônia desenvolveu-se rapidamente, tanto no campo comercial como urbanístico, agrícola e pecuário.

Esse período de pleno desenvolvimento foi interrompido em 1735, quando D. Miguel de Salcedo, governador de Buenos Aires, organizou um assalto à Colônia do

³³ CESAR, op. cit., pp.77-79.

³⁴ A respeito da fundação da Nova Colônia do Santíssimo Sacramento e seus primeiros anos, ver: KÜHN, Fábio. “Uma fronteira do império: o sul da América portuguesa na primeira metade do século XVIII”. In: **Anais de história de além-mar**, Lisboa Vol.8 (2007), pp.103-121; MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. **A Colônia do Sacramento, 1680-1777 – Volume II**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937; POSSAMAI, Paulo. **A vida cotidiana na Colônia do Sacramento (1715-1735)**. Lisboa: Editora Livros do Brasil, 2006, pp.37-62; PRADO, op.cit., pp.91-93.

³⁵ PRADO, op. cit., p.93.

Sacramento, cujo resultado foi um cerco que perdurou por quase dois anos. O relato de Silvestre Ferreira da Sylva na *Relação do sítio da Nova Colônia do Sacramento*, evidencia o papel desempenhado por Manoel Gomes Barbosa, governador da Colônia do Sacramento, e seu sucessor, Antonio Pedro de Vasconcellos, como os responsáveis pelos quase vinte anos de coexistência pacífica entre portugueses e castelhanos na região platina.³⁶ O pedido de socorro enviado por Antonio Pedro de Vasconcellos às autoridades portuguesas chegou somente meses após a deflagração deste conflito, quando nos últimos meses de 1736, a expedição chefiada pelo Brigadeiro José da Silva Pais atingiu a região Rio da Prata.³⁷

Quanto ao desdobramento e ocupação do Rio Grande de São Pedro, ocorreu devido a descoberta das minas de ouro na região central do Brasil, onde atualmente encontra-se o estado de Minas Gerais, que despertou não somente o interesse da Coroa portuguesa pela região aurífera, mas também pelo território ao sul de Laguna e seus vastos campos repletos de gado vacum e cavalari.³⁸ Até então, a região da Capitania d'El Rey, que servia aos luso-portugueses somente como passagem àqueles que se aventuravam a levar, via terrestre, couro e sebo desde a Colônia do Sacramento até Laguna, era apenas uma estreita faixa de terra entre o oceano Atlântico e os lagos, lagoas e rios próximos ao litoral. Com o desenvolvimento da atividade mineira no centro do país, houve um aumento da demanda por animais de transporte, o que fez com que a Coroa e luso-brasileiros voltassem sua atenção para o território inexplorado na região sulina. De acordo com João Borges Fortes, foram emitidas pela Corte em 1736, instruções prevendo um plano de povoamento no Rio Grande de São Pedro com contingente açoriano.³⁹ Nesse mesmo ano, o Conde de Sarzedas, governador da Capitania de São Paulo, publicou um bando⁴⁰ cujo teor incentivava a migração de luso-brasileiros para a região meridional. Segundo este documento

“... toda a pessoa que quiser com a sua família ou por si povoar o Rio Grande de São Pedro da mesma campanha desta parte lhe darei as sesmarias que pedir para se situarem e haverá graças, liberdades e isenções que são prometidas aos povoadores no que tudo conseguirão grandes conveniências

³⁶ SYLVA, Silvestre Ferreira. **Relação do sítio da Nova Colônia do Sacramento**. Porto Alegre: Arcano 17, 1993.

³⁷ Esse assunto será tratado de forma mais aprofundada no decorrer deste trabalho.

³⁸ Sobre os Campos de Viamão, ver: KÜHN, Fábio. **Gente da Fronteira: Família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII**. Niterói: PPGHIS – UFF, 2006. (Tese de doutorado).

³⁹ FORTES, João Borges. **Rio Grande de São Pedro: povoamento e conquista**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1941, p.62.

⁴⁰ Bando é uma ordem ou decreto afixado em locais de circulação pública.

pelo muito que aquelas terras prometem, fazendo também serviço a S. Mgde.”⁴¹

Dessa forma, pretendia-se aumentar os números de habitantes no território sulino, o que consolidaria a posse portuguesa da região, além de permitir maior exploração da riqueza local: a grande quantidade de gado vacum.

A oportunidade de enriquecer com o trabalho nas minas gerou um surto de migração para a região mineradora. Pessoas de todas as partes do Brasil, que exerciam as mais diversas profissões – agricultores, artesãos, comerciantes –, e mesmo de outras colônias portuguesas, migraram para as Minas Gerais. Esse êxodo acabou criando alguns problemas para o governo, pois poucos se habilitavam a trabalhar na agricultura ou no exército; o único pensamento desses migrantes era o enriquecimento fácil e rápido. Muitos agricultores paulistas abandonaram suas casas para participar da atividade mineradora, o que acarretou num decréscimo da produção de alimentos no Brasil. Nesse momento, o Rio Grande de São Pedro surge como uma possibilidade para impedir o crescimento de crise de abastecimento na região mineradora.⁴²

A grande quantidade de gado existente na Capitania d’El Rey era capaz de abastecer o mercado criado com a descoberta das minas, que aumentara a demanda por carne, couro e sebo – utilizado para produzir sabões, graxas, velas, combustíveis, etc – além da já citada necessidade de animais como meio de transporte.⁴³ Desde a fundação da Colônia do Sacramento, uma das principais atividades desenvolvidas na região era a extração do couro e sebo dos rebanhos existentes nos campos próximos ao povoado, conhecido por Vacaria del Mar. Bastante rentável, esse tipo de comércio ganhou espaço no início do século XVIII e começou a atrair homens interessados nesse novo meio social e econômico que estava se desenvolvendo rapidamente. Assim, na década de 1720, a necessidade do envio de tropas de gado para a região das minas tornou imprescindível a abertura de um caminho que facilitasse o acesso entre a Nova Colônia e a Capitania de São Paulo, de forma a tornar o trajeto mais seguro e rápido. Após alguns anos de negociações e tentativas frustradas, foi finalmente aberta a Estrada Real, que teve seu primeiro traçado realizado pelo Sargento-mor Francisco de Souza e Faria e sua correção efetuada pelo tropeiro Cristóvão Pereira de Abreu.

⁴¹ FORTES, op. cit., p.63.

⁴² GOULART, José Alípio. **Tropas e tropeiros na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961, pp.19-46.

⁴³ HAMEISTER, op. cit., p.72.

Quanto ao tropeirismo no século XVIII, é importante ressaltar a importância da atuação dos homens ligados a essa atividade, pois foram eles os responsáveis, em grande parte, pelo desbravamento de regiões afastadas dos núcleos populacionais já existentes. Territórios até então desconhecidos, como era o caso do Rio Grande de São Pedro foram explorados pelos tropeiros que, além de abrir caminhos por esses sertões, tornaram possível e atrativa a ocupação efetiva de regiões no interior da América portuguesa.

Num contexto de constante disputa entre as duas Coroas ibéricas, em 1750 foi assinado o tratado de Madri, que pretendia traçar de forma definitiva os limites entre os territórios coloniais de ambos os impérios. Determinou-se a formação de comissões, compostas por técnicos portugueses e espanhóis, para delimitar essas fronteiras. Na América portuguesa, foram organizadas duas comissões, uma responsável pela demarcação do território setentrional e outra pela região meridional, sendo que esta acabou constituindo-se de três partidas. A expedição portuguesa enviada ao sul do continente teve nomeado como Primeiro Comissário Gomes Freire de Andrade, responsável pela organização da Comissão e realização dos trabalhos demarcatórios. Em 1752, na praia de Castilhos, ao sul da vila de Rio Grande, iniciaram-se os trabalhos de demarcação de limites do Tratado de Madri. A expedição manteve-se em atividade até 1756, quando a reação dos índios missioneiros, que se negavam a abandonar suas aldeias – ação deliberada pelo tratado –, impediu o avanço da Comissão demarcadora. Somente em 1758, após o término dos conflitos entre as duas Coroas ibéricas e os indígenas, os expedicionários puderam retomar suas atividades de delimitação das fronteiras no sul da América portuguesa.⁴⁴

Nesse momento de tentativa de consolidação do território meridional sob domínio português a atuação de tropeiros foi fundamental. Um dos primeiros homens a se aventurar pelos sertões levando tropas de gado foi Cristóvão Pereira de Abreu. Nascido em Portugal, ele veio ainda jovem para a América portuguesa, onde se inseriu na sociedade desempenhando diversas funções, muitas das quais sob ordens da Coroa.

⁴⁴ FERREIRA, Mário Clemente. O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional: os trabalhos demarcadores das Partidas do Sul e a sua produção cartográfica (1749-1761). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001, pp. 117-159.

Capítulo 2: Negócios no extremo sul

2.1. Atuação de Cristóvão Pereira no comércio platino e fluminense

Cristóvão Pereira de Abreu nasceu na vila de Ponte de Lima, no Bispado de Braga, em Portugal. A data de seu nascimento ainda não foi definitivamente determinada pelos pesquisadores, porém acredita-se que tenha ocorrido por volta de 1680. Autores como Walter Spalding e Moysés Vellinho – ligados à corrente historiográfica gaúcha que busca na cultura portuguesa a origem da identidade sul-riograndense – afirmam ser exatamente esse o ano de nascimento do referido tropeiro.⁴⁵ Seguindo o pensamento dos membros dessa corrente lusitanista, é uma grande coincidência o fato de Cristóvão Pereira ter nascido precisamente no mesmo ano em que se fundou a Colônia de Sacramento no extremo sul do território brasileiro. Cristóvão Pereira é considerado um dos fundadores do Rio Grande do Sul, pois sua atuação na região foi além daquela de um simples comerciante de gado, uma vez que auxiliou a Coroa lusitana a consolidar a ocupação do território sulino. A Colônia de Sacramento foi construída na margem esquerda do Rio da Prata com o intuito de expandir a fronteira portuguesa. Assim sendo, é interessante notar como historiadores tradicionais relacionaram dois eventos ao atribuírem ao ano de 1680 o nascimento de Cristóvão Pereira: o nascimento de um homem considerado fundador de um estado e a criação de uma povoação inserida neste mesmo território.

Em meio a essa incerteza, o certo é que a data de seu nascimento não deve ultrapassar muito o ano de 1680, pois ainda nos primeiros anos do século XVIII, Cristóvão já se encontrava na Colônia de Sacramento como contratador dos quintos dos couros. Desde que lá chegara, em data também imprecisa, no fim da década de 1690, Cristóvão Pereira engajou-se na então recente atividade de extração de couro do gado vacum retirado da Vacaria Del Mar.⁴⁶ Em 1699, a administração portuguesa criou um imposto sobre o couro extraído dos rebanhos em torno da Colônia do Sacramento, denominado quinto dos couros.⁴⁷ Como esta era uma das atividades mais lucrativas na região do Rio da Prata, apesar de existir há pouco tempo, quem arrematasse o contrato

⁴⁵ SPALDING, Walter, op. cit. p.148; VELLINHO, Moysés **Capitania d'El-Rei: atos polêmicos da formação rio-grandense**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1964, p.139.

⁴⁶ ALMEIDA, Luis Ferrand de. **A Colônia do Sacramento na época da sucessão de Espanha**. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973, especialmente pp.117-146.

⁴⁷ HAMEISTER, op. cit., p.115.

trienal para cobrar os quintos, teria um retorno financeiro bastante elevado. Isso ocorria uma vez que pagamento era, normalmente, feito com os próprios produtos, neste caso o couro, que possuía um alto valor comercial. Em documento do Arquivo Histórico Ultramarino, Cristóvão Pereira é citado, em 1704, como “contratador dos Couros” da referida praça.⁴⁸ Ao leiloarem pela primeira vez o contrato, Cristóvão o arrematou para o triênio 1702-1705;⁴⁹ esse fato, o arremate do leilão de um imposto, era concedido apenas a pessoas que possuíam capital, além de boa reputação.⁵⁰ Assim, surge a questão de como Cristóvão Pereira de Abreu teria conseguido arrematar o contrato. De acordo com a historiadora Martha Hameister, o tropeiro, ao chegar na Colônia de Sacramento

“por jovem que era ou por desprovido de capital, fez-se necessária a sua atuação nas coureadas e nas negociações diretas com os índios que vendiam gado e couros. O fato de ter conseguido arrematar um contrato de valor elevado em tão pouco tempo indica que seu negócio prosperava e que, muito provavelmente, possuía relações com homens respeitáveis (...) que lhe tinham confiança, o que demonstravam fiando-lhe a dívida com a Coroa.”⁵¹

De acordo com Aurélio Porto, a concessão do quinto dos couros a Cristóvão Pereira de Abreu teria ido de encontro aos interesses do Governador da Colônia do Sacramento, Sebastião da Veiga Cabral. É importante lembrar que nesse período, os governadores da Colônia desempenharam um papel importante no desenvolvimento da praça. Não raro os interesses reais confundiam-se com os particulares, e vice-versa. Além disso, em zonas fronteiriças, como a de Colônia, o contrabando constituía uma prática freqüente, inclusive entre homens de altos postos. Dessa forma, não é de se estranhar que um novato, como Cristóvão Pereira nesse tempo, que conseguisse arrematar o contrato do produto mais importante na praça tivesse criado uma indisposição com o governador, culminando na sua prisão.⁵² Esse episódio envolveu ainda o procurador de Sebastião da Veiga Cabral no Rio de Janeiro, Manuel Mendes Pereira, o Juiz de Fora do Rio de Janeiro, Francisco Leitão de Carvalho, e o governador da Capitania do Rio de Janeiro. Segundo informações de um requerimento de Cristóvão

⁴⁸ AHU, RJ, cx.8, doc. 820. REQUERIMENTO do contratador dos Couros, Cristóvão Pereira de Abreu, ao [governador do Rio de Janeiro, D. Álvaro da Silveira de Albuquerque], solicitando traslado de seus papéis por ter sido preso pelo juiz de Fora do Rio de Janeiro, [Francisco Leitão de Carvalho]. 11.06.1704.

⁴⁹ O quinto dos couros fora criado em 1699, porém no primeiro triênio (1699-1701) a cobrança foi realizada pela administração da Nova Colônia do Sacramento. Em 1702, o imposto foi a leilão, sendo arrematado por Cristóvão Pereira de Abreu.

⁵⁰ HAMEISTER, op. cit., p.117-119; sobre arrematação de impostos para o Rio Grande de São Pedro, especialmente no final do século XVIII, ver: OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, pp.225-256.

⁵¹ HAMEISTER, op. cit., p.119

⁵² PORTO, Aurélio. **História das Missões Orientais do Uruguai – Segunda Parte**. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954, pp. 107-108; KÜHN, “Uma fronteira do império...”, op. cit., pp.105-106.

Pereira de Abreu, o procurador Manuel Mendes Pereira teria se oposto ao negociante, utilizando o argumento de que o contrato do quinto dos couros “não estava bem rematado”, o que é negado por Cristóvão Pereira. Como resolução ao impasse, o governador do Rio de Janeiro enviou ordem para que libertassem o acusado.⁵³

Encerrado esse episódio, Cristóvão não pôde dar continuidade aos seus negócios na região platina devido a invasão castelhana na Colônia do Sacramento, que acabou por expulsar os portugueses daquela praça. A partir desse evento, ocorrido em 1705, Cristóvão Pereira de Abreu parece ter concentrado suas atividades no Rio de Janeiro, como atestam a arrematação do contrato dos dízimos do tabaco e seu matrimônio. De acordo com uma consulta realizada em 1716, o tropeiro, residente nessa praça, havia obtido o contrato dos dízimos do tabaco entre 1707 e 1710.⁵⁴ Como atesta Martha Hameister, o tabaco, apesar de não possuir muita importância no Rio de Janeiro, pode ter sido vantajoso para Cristóvão, uma vez que

O tabaco era uma das mercadorias preferenciais no escambo com os índios minuano, cuja contrapartida eram gados vacuns, cavalares e os couros (...). O arrematador do contrato cobrando em produto a parte que lhe era devida e tendo ele próprio isenção sobre o embarque do mesmo, obtinha a baixos custos a mercadoria de seu outro negócio, o comércio de animais e seus produtos.⁵⁵

Assim, mesmo longe dos rebanhos de gado da Colônia do Sacramento, Cristóvão Pereira manteria, ao menos em parte, seu vínculo com o mercado de couros.

Em 1708, Cristóvão casou-se com Dona Clara Maria Apolinária de Amorim, pertencente a uma respeitável e abastada família, o que possibilitou ao negociante sua inserção em uma rede social privilegiada. Como atesta Martha Hameister, a família de Dona Clara encaixava-se no perfil descrito por João Fragoso, em que “*a mistura do poder político e o poder econômico e prestígio fazia parte da grande química que permitiu a formação de fortunas e agiu na perpetuação da sociedade hierarquizada e excludente que se formava na Colônia*”.⁵⁶ As famílias dos cunhados de Clara Amorim, assim como a de sua mãe, faziam parte da elite senhorial, cujos membros ocupavam cargos na Câmara do Rio de Janeiro e possuíam engenhos de açúcar.

⁵³ AHU, RJ, cx.8, doc. 820.

⁵⁴ AHU, RJ, CA, cx.16, doc. 3474. CONSULTA do Conselho Ultramarino, sobre uma petição de Christovão Pereira de Abreu, residente no Rio de Janeiro, contratador do tabaco, relativa à execução do seu contrato. 10.03.1716.

⁵⁵ HAMEISTER, op. cit., p. 128.

⁵⁶ HAMEISTER, op. cit., pp.126-129, citação na p.127.

Ainda no Rio de Janeiro, há notícias de que este homem tenha participado do grupo formado para deliberar sobre o resgate da referida cidade, que havia sido tomada pelos franceses. Porém, não se encontrou até hoje documentos que comprovem a atuação de Cristóvão Pereira neste episódio da história do Brasil.⁵⁷

Em carta enviada por Antonio Pedro de Vasconcelos, governador da Nova Colônia do Sacramento, em 1723, tem-se notícia de uma apreensão realizada em uma carga de couros pertencentes a Cristóvão, o que atesta que, após a reocupação da Colônia do Sacramento em 1716 pelos portugueses, este retomou suas atividades mercantis na praça. De acordo com o documento, o embargo ocorreu por ordem do referido governador e teve por motivo uma dívida mantida por Cristóvão Pereira com a Fazenda Real, pois não havia efetuado o pagamento do valor referente ao quinto dos couros.⁵⁸

Poucos anos mais tarde, em 1728, Antonio Pedro de Vasconcelos enviou ao Conselho Ultramarino uma nova carta tratando da devassa realizada a respeito dos negócios ilícitos de Cristóvão Pereira de Abreu e de seu sócio, o frei carmelita Sebastião Álvares. De acordo com o relato do governador, os dois homens foram acusados de comercializar couros com navios ingleses, o que era proibido. Naquele momento, o tropeiro encontrava-se a serviço da Coroa, trabalhando na abertura do Caminho das Tropas, e assim, somente o frei Sebastião obteve ordem de prisão, sendo solto logo em seguida devido a sua condição de cavaleiro da ordem do Carmo. Como atesta Martha Hameister, a *“devassa foi encerrada com certa brevidade, dada a sua posição [de Cristóvão Pereira] destacada dentro desta sociedade bem como a qualidade de seus amigos”*, incluindo o próprio Antonio Pedro de Vasconcelos.⁵⁹

⁵⁷ VELLINHO, op. cit., p.140; HAMEISTER, op. cit., pp.128-129.

⁵⁸ AHU, CS, cx.1, doc.102. CARTA do [governador da Nova Colônia do Sacramento], António Pedro de Vasconcelos, ao rei [D. João V], sobre o embargo dos couros de Cristóvão Pereira de Abreu, enviados no navio Nossa Senhora Madre de Deus e São José. 19.02.1723.

⁵⁹ AHU, CS, cx.2, doc.195. CARTA do [governador da Nova Colônia do Sacramento], António Pedro de Vasconcelos, ao rei [D. João V], sobre a devassa que fez e enviou ao Conselho Ultramarino, acerca das actividades ilegais do religioso carmelita frei Sebastião Álvares, e do homem de negócios Cristóvão Pereira de Abreu. 13.06.1728; HAMEISTER, op. cit., p.132.

2.2. Tropeirismo e abertura da Estrada Real

A descoberta de minas de ouro na região central da América portuguesa, no final do século XVII (1693-1694), alterou alguns aspectos da dinâmica interna. Esse foi um dos fatores responsáveis pelo deslocamento do papel de destaque econômico e político da região nordeste (Pernambuco e Bahia) para o sudeste (Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro). Além disso, a dificuldade de abastecimento da região mineradora abriu espaço para o desenvolvimento do comércio de gado, responsável pelo transporte. A necessidade de envio de tropas de gado para essa região tornou imprescindível a abertura de um caminho que tornasse o trajeto entre o extremo sul da América portuguesa e São Paulo, mais seguro e rápido.

A idéia de abrir uma estrada surgiu aos poucos, entre aqueles que realizavam essa jornada. Em 1720, o bandeirante Bartolomeu Pais de Abreu enviou uma carta ao rei de Portugal na qual explicou a necessidade e os benefícios que a abertura de um caminho entre São Paulo e a Colônia de Sacramento iriam trazer aos luso-brasileiros. O soberano português aceitou a proposta de Bartolomeu, porém, este mudou-se para Cuiabá sem realizar o serviço. Assim, o governador da Capitania de São Paulo, Antonio da Silva Caldeira Pimentel, solicitou ao sargento-mor Francisco Souza e Faria que realizasse essa tarefa.

O governador Caldeira Pimentel instruiu Souza e Faria a “*abrir o caminho pela paragem que achar mais conveniente, possível e fácil para por ele se poder conduzir gados e cavalgadas para os Campos Gerais de Curitiba*”.⁶⁰ Porém, Souza e Faria, ao chegar na vila de Laguna, deparou-se com alguns obstáculos impostos pelos habitantes da cidade. Em depoimento de Cristóvão Pereira de Abreu sobre a abertura da Estrada Real, o tropeiro explica a resistência de “*vários moradores das ilhas de Santos, Parnaguá, o Curitiba, e (...) da Vila da Laguna, e de Sta. Catharina, estes porque vivendo retirados, ou por crimes, ou por outros iguaes motivos (...), receosos de que com a abertura do novo caminho perderião as suas liberdades*” tentavam impossibilitar o trabalho de Souza e Faria. Neste mesmo documento, Cristóvão afirma que ao saber do

⁶⁰ FARIA, Francisco Souza e. “Registro do Regimento que leva para o Rio Grande o Sargento-Mor Francisco de Souza e Faria para a abertura do caminho que vai fazer”. In: GOULART, op. cit., p.210. Sobre a viagem de Souza e Faria, ver seu relato: FARIA, Francisco de Souza e. “Notícia – 1ª Prática Dada ao R. P. M. Diogo Soares, pelo Sargento Mor da Cavalaria Francisco de Souza e Faria, primeiro descobridor e abridor do dito Caminho”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo 69, parte 1, 1908, pp.237-243.

empreendimento executado pelo sargento-mor, deslocou-se desde a Colônia do Sacramento – onde encontrava-se – até Laguna com o objetivo de “*ver o estado em que se achava esta diligencia*”.⁶¹ De acordo com Martha Hameister, Cristóvão Pereira não foi o único a realizar essa viagem; segundo a historiadora, para superar os impedimentos criados pelos lagunistas,

“o auxílio de outros homens se fez necessário. Movidos por interesses particulares, quais sejam, negociar os gados transformando o tesouro animal existentes nas pastagens em riqueza comercializável. Conhedores da força e das fraquezas dos lagunistas, estes homens, os “particulares” da Colônia do Sacramento, se uniram ao esforço de Souza Faria”.⁶²

Após resolver a situação em Laguna, Cristóvão Pereira voltou a Colônia do Sacramento, onde arrebanhou gado para levar até São Paulo. Contudo, este afirma que o caminho carecia de reparações; ao término de sua viagem, conseguiu autorização e assim, “*finalizou a retificação do traçado desta rota com um atalho que partia dos campos de Viamão e seguia para Campos de Cima da Serra*”.⁶³ Esse segundo caminho, com o traçado corrigido, ficou conhecido com Caminho das Tropas, ou Estrada Real, e levou cerca de dois anos para ser concluído. Ao mesmo tempo em que abriam caminho, Cristóvão e os homens que o acompanhavam, levavam tropas de gado apanhadas na Vacaria Del Mar para comercializar ao fim da viagem. A nova rota aberta por Cristóvão facilitou o trajeto, pois além de abrir novos trechos de estrada em terrenos mais planos, o tropeiro construiu pontes, de forma a consertar as deficiências do precário caminho aberto anteriormente por Souza e Faria. Ao facilitar o transporte das tropas de gado entre o extremo sul da América portuguesa e a região das minas de ouro, houve um aumento nos rendimentos dos tropeiros e da Coroa – que lucrava com os impostos cobrados.

⁶¹ ABREU, Cristóvão Pereira de. “3ª Prática – Notícia dada pelo Coronel Cristóvão Pereira de Abreu, sobre o mesmo caminho ao R. P. M. Diogo Soares.”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo 69, parte 1, 1908, pp.255-256.

⁶² HAMEISTER, op. cit., p.106.

⁶³ SILVA, Adriana Fraga da. **Estratégias materiais e espacialidade: uma Arqueologia da Paisagem do Tropeirismo nos Campos de Cima da Serra/RS**. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS, Porto Alegre, 2006, p.94. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=22923. Acesso em: 9 nov. 2009.

2.3. A construção do presídio Jesus Maria José

Em 1735, diante da ameaça de invasão castelhana, o governador da Colônia do Sacramento, Antonio Pedro de Vasconcelos, enviou ao governador da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas, uma carta solicitando o envio de material (munições e mantimentos) e soldados, preparando-se para o possível conflito. Nesse mesmo documento, o governador também sugeriu a presença de Cristóvão Pereira de Abreu na região, o que foi acatado pelo governador de São Paulo que enviou uma ordem ao tropeiro para que este se dirigisse a Colônia do Sacramento.⁶⁴ Em trecho de carta a Silva Pais, Gomes Freire de Andrade aconselha a este em relação a Cristóvão Pereira que

“(…) em este homem se ha reconhecido actividade e zelo do serviço de S. Mag.^{de} tem por aquella parte trato e comercio com gentios Menuanes (...) se avistar com ele será conveniente ouça o seu sentimento por ser um homem pratico valeroso segundo as emprezas em que se tem metido com discurso claro e militar e talvez será útil o seu conselho no que tocar a cavallaria (sic) e expedição no continente”.⁶⁵

O chamado por Cristóvão se justificava devido ao seu conhecimento da região e de seus caminhos, além de saber lidar com os indígenas da terra.

A ameaça concretizou-se pouco depois, quando D. Miguel de Salcedo, governador de Buenos Aires, ordenou o ataque a Colônia do Sacramento; esse episódio ficou conhecido como o “grande sítio” (1735-1737), pois durante os dois anos seguintes, os habitantes do vilarejo sofreram com o isolamento que, mesmo que não fosse total, gerou muitos danos.⁶⁶

Ao tomar conhecimento do cerco realizado pelos castelhanos à Colônia de Sacramento, as autoridades portuguesas organizaram uma expedição em auxílio a praça lusitana no Rio da Prata. Designado como chefe dessa empresa, o brigadeiro José da

⁶⁴ As cartas de D. Miguel de Salcedo, governador de Buenos Aires, enviadas a Antonio Pedro de Vasconcelos, onde constam as ameaças de invasão da Colônia do Sacramento são encontradas em: SYLVA, op. cit., pp.27-41; sobre as solicitações de Antonio Pedro de Vasconcelos, ver carta de Antonio Luis de Távora, conde de Sarzedas, ao Conselho Ultramarino em: AHU, SP, MG, cx.12, doc.1188. CARTA do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas (Antônio Luís de Távora) para (D. João V), informando que Antônio Pedro de Vasconcelos lhe escreveu, em 27 de Julho de 1735, dando conta de que o avisaram para se conservar de prevenção para que no caso de guerra e sendo invadida a praça da Nova Colônia estar prevenido (...). Era conveniente, encontrar-se naquela região, Cristóvão Pereira de Abreu, pelo grande conhecimento que tinha do gentio Tapes e Minuanes por serem os que faziam mais opressão. Assim, ordenou que Cristóvão Pereira de Abreu seguisse para aquela praça (...).06.04.1736.

⁶⁵ ANDRADE, Gomes Freire de. “Instrução que deve seguir o Snr. Brigadeiro José da Silva Pais na expedição a que vae por ordem de S. Mag.^{de}”. In: MONTEIRO, Jonathas da C. R., op. cit., pp.95-98, citação p.96-97.

⁶⁶ PRADO, op. cit., pp.52-53.

Silva Pais, encontrando-se no Rio de Janeiro, tomou conta dos preparativos necessários enquanto, em São Paulo, Cristóvão Pereira de Abreu organizava a sua ida até o canal do Rio Grande, onde deveria esperar por Silva Pais. Encontrando-se na vila de Santos, Cristóvão explicou em uma carta destinada a Gomes Freire de Andrade, alguns dos preparativos para a expedição, como o envio de farinha. Além disso, declarou que seguiria por terra – enquanto o brigadeiro percorreria o caminho por via marítima – para tentar assim arregimentar mais homens que o pudessem auxiliar no Rio Grande de São Pedro.⁶⁷

Na *Instrução ao Brigadeiro José da Silva Paes*, Gomes Freire de Andrade, governador da capitania do Rio de Janeiro, repetiu ao comandante aquilo que, por ordem do rei e do Conselho Ultramarino, se havia designado como missão dessa expedição: socorro a Colônia do Sacramento; retomada de Montevideo; construção de um forte no canal do Rio Grande.⁶⁸ Esse presídio seria edificado com o intuito de prestar, futuramente, melhor assistência à Colônia do Sacramento, além de consolidar a posse da Capitania d’El Rei por meio do povoamento, assegurando o acesso aos rebanhos de gado disponíveis na região. As cartas trocadas entre os governadores do Rio de Janeiro, São Paulo, Colônia do Sacramento e outros personagens, como José da Silva Pais e Cristóvão Pereira de Abreu, revelam as expectativas das autoridades portuguesas em relação a ocupação do extremo sul da América portuguesa. Como bem lembra Fabrício Prado, o socorro à praça lusitana no Rio da Prata nem havia sido efetuado e já se planejava retomar Montevideo e construir um forte no Rio Grande de São Pedro.⁶⁹

Retomando a viagem de Cristóvão Pereira a caminho do Rio Grande, a obra *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*, de Simão Pereira de Sá, narra as dificuldades enfrentadas pelo tropeiro e pelos cerca de cento e cinquenta homens que o acompanhavam para chegar ao local determinado. Um dos obstáculos foi o enfrentamento com os índios tapes que, de acordo com o relato um tanto exagerado de Simão Pereira, ocorreu da seguinte forma:

⁶⁷ ABREU, Cristóvão Pereira de. “Carta de Christovão Pereira de Abreu para o Gn.¹ Gomes Freire de Andrada, datada da Villa de Santos a 22 de Abril de 1736.” In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, 4º trimestre, n.104, 1946, pp.424-425

⁶⁸ MONTEIRO, Jonathas da C. R., op. cit., pp.92-98.

⁶⁹ PRADO, op. cit., pp.54.

“os Tapez mais escandalizados que temerosos entrarão por vingança a afugentar, e rebanhar, o gado vacum, q. cobria a fertilissima Campanha, mas por este insulto consultado Christovão Per.a como valor o castigo, mandou justificar a bárbara acção por 16 alentados companheiros, os quais (...) comessarão de perto as intimidades com as armas, e com tanta fortuna, que cabendo mais de cem tapez a cada portugues, largarão [os índios] de mão a tarefa, e dezampararão o Campo, imaginando que a sombra daqueles poucos sold.os haviam outros (...)”⁷⁰

Quanto às medidas tomadas por Cristóvão Pereira após chegar ao Rio Grande, em setembro de 1736, consta que o tropeiro, com o apoio dos homens que o acompanhavam, organizou a defesa do terreno e construiu pequenos fortins em diversos pontos, além de ter arrebanhado o gado que se encontrava nas proximidades. Em um ofício de Cristóvão a Gomes Freire de Andrade, datado de 1737, o tropeiro relatou ao governador sua localização e as medidas por ele tomadas para melhor defender o local onde esperava a chegada de Silva Pais. Também expôs as ordens recebidas do brigadeiro, que o havia mandado arregimentar o gado existente nas proximidades.⁷¹ Assim, quando o brigadeiro José da Silva Pais chegou ao Rio Grande, em fevereiro de 1737, este pode utilizar-se da estrutura de defesa construída sob o comando de Cristóvão Pereira, mantendo as instalações na margem direita do canal, onde fundou o presídio, tal como lhe ordenaram, e organizou o espaço ao redor desse forte, denominado Jesus Maria José.

Toda essa trajetória de Cristóvão Pereira, desde as primeiras referências de suas variadas atividades na Colônia do Sacramento e no Rio de Janeiro, assim como seus vínculos com importantes personagens da administração portuguesa na América, foram abordadas por diversos autores. Porém, após essa data, as referências ao tropeiro são raras. Assim, no capítulo seguinte procura-se trazer informações sobre as atividades de Cristóvão entre 1737 e 1755, ano de seu falecimento.

⁷⁰ SÁ, op. cit., pp.159-160.

⁷¹ MONTEIRO, Jonathas da C. R., op. cit., pp.99-101.

Capítulo 3: Velhos e novos caminhos: tropas de gado e cargos públicos

3.1. Atividades de Cristóvão Pereira no Rio Grande de São Pedro após a construção do presídio.

Após a fundação do presídio na barra do Rio Grande, tomaram-se os preparativos necessários para a criação de uma comandância militar, com o intuito de assegurar a posse portuguesa na região meridional da América portuguesa, além do acesso ao gado e couro. Além da organização dos dispositivos de defesa na barra, Silva Pais tratou de ampliar os mecanismos de defesa construídos por Cristóvão Pereira nos meses anteriores em outros pontos da região, como, por exemplo, no Cerro de São Miguel.

Nesses anos de estruturação da nova povoação, documentos confirmam a presença de Cristóvão Pereira na região. Como já falamos anteriormente, o gado compunha um dos maiores interesses dos portugueses na região sul. Cristóvão Pereira de Abreu, que desde a Colônia do Sacramento já desenvolvia atividades envolvendo os rebanhos da Vacaria del Mar, manteve sua atuação nesse tipo de negócio. Diversos documentos confirmam tal prática, desenvolvida não apenas por Cristóvão, mas por vários homens de negócio no entorno do novo presídio; contudo, como o objetivo desse trabalho é acompanhar a trajetória de Cristóvão Pereira de Abreu, são os documentos que trazem indícios da sua atuação no Rio Grande de São Pedro que nos interessam aqui.

Para o ano de 1738, diversos documentos comprovam as atividades de Cristóvão nos arredores do novo presídio. Uma carta aborda a questão da compra e venda de gado dos minuanos, que constituía uma prática bastante comum no período: os indígenas arrebanhavam gado e o vendiam aos negociantes interessados. Em 1738, Cristóvão Pereira comprou sessenta vacas do gentio minuano, as quais levou para a fortaleza de São Miguel para El-Rei, cobrando um preço acima daquele pago. Sobre o valor cobrado, o Ajudante Manuel Gomes Pereira (remetente da carta) esclarece que as vacas foram compradas

“(…) a duzentos mil réis; e vendo eu ter o dito avisado a V. S.^a as largaria a El-Rei pelo que se costumam dar nesse porto, que era a quatrocentos e oitenta réis, lhe disse eu que queria dar as que me ele largava a El-Rei pelo preço que

me tinha dado (...) ao que se mostrou muito agastado, dizendo que as daria pelo mesmo preço e que as dava dadas a El-Rei (...).⁷²

Em 1739, Cristóvão Pereira de Abreu enviou uma proposta a André Ribeiro Coutinho, sugerindo o transporte do gado que encontrava-se na margem norte do Rio Grande para a Estância Real do Bojuru.⁷³ O tropeiro justificou essa transferência afirmando que das “*novecentas cabeças que há anos passou para aquela parte (...) tem havido muito pouco aumento pelos descaminhos que tem a falta de arrecadação*”. Portanto, o recolhimento desse gado à estância, onde ficariam protegidos do roubo e da perda/desgarramento, era indispensável para que o rebanho pudesse procriar e, conseqüentemente, gerar mais lucros a Coroa. Cristóvão ofereceu

“mandar correr o dito gado à sua custa, entregá-lo na estância do Bojuru do dito Senhor, segurando de mil e quinhentas cabeças para cima, e em remuneração do trabalho e despesa que fizer nesta diligência lhe conceda V. S.^a poder desfrutar os touros que houver de idade que não possam servir mais para courama, com obrigação de pagar deles os quintos de S. M. e com nenhum pretexto poder utilizar-se de vaca ou touro novo que possa servir para amansar (...). Também oferece mandar correr as ditas à sua custa, ficando-lhe os touros livres (...) com a mesma obrigação de pagar os quintos de couros que fizer”.⁷⁴

Lembrando que Cristóvão havia sido o responsável pelo transporte das cabeças de gado para a margem oposta, assim como também se prontificou a levá-las até o Bojuru cobrindo as despesas desse traslado, nada mais natural para um súdito lusitano do que solicitar algo como retribuição ao serviço. No caso em análise, a contrapartida requisitada foi a posse sobre os touros que não serviam mais para extração de couro ou alguns touros livres, deixando o tropeiro a decisão nas mãos do Comandante do forte. Em ambas as propostas, o negociante se comprometia a pagar os devidos impostos.

O governador André Ribeiro Coutinho mostrou-se satisfeito com a idéia de recolher o rebanho de gado perdido, pois lhe parecia ser “*muito conveniente aos interesses da Fazenda Real*”.⁷⁵ Contudo, o comandante não possuía competência para decidir sobre o assunto, de forma que Gomes Freire de Andrade deveria resolver quais

⁷² Registo de uma carta do ajudante Manuel Gomes Pereira escrita ao Mestre-de-campo Comandante André Ribeiro Coutinho. 05.06.1738. AAHRS, v.1, 1977, p.70.

⁷³ A Estância Real do Bojuru foi criada logo após a construção do presídio, a mando de José da Silva Pais. Era necessário “*criar (...) uma estância do Rei, grande bastante, tão próxima quanto possível do presídio e segura de um golpe arrojado do inimigo, onde pudessem conservar as cavalladas e houvesse abundante gado para prover a alimentação do novel arraial*”. FORTES, João Borges. **O Brigadeiro José da Silva Paes e a fundação do Rio Grande**. Porto Alegre: ERUS, 1980, p.100.

⁷⁴ Proposta do Coronel Cristóvão Pereira de Abreu ao Mestre-de-campo Governador André Ribeiro Coutinho. 03.01.1739. AAHRS, v.1, 1977, pp.78-79, citações p.78.

⁷⁵ AAHRS, op. cit., p.79.

das duas propostas seria aceita pelo governo; a falta de autonomia de Coutinho para tomar a referida decisão não impediu que este enviasse a Cristóvão Pereira uma permissão para transportar o gado, ao que o tropeiro respondeu-lhe afirmando que logo efetuaría o trabalho, aproveitando as condições favoráveis e sujeitando-se de antemão a determinação do general Gomes Freire.

Não se sabe qual foi a deliberação de Gomes Freire, no entanto, essa notícia não possui muita relevância, uma vez que Cristóvão Pereira, em meados de julho de 1739, enviou uma petição a André Ribeiro Coutinho, na qual o avisava que não havia encontrado o rebanho do qual se referira anteriormente. Alegando ter gastado nos preparativos da diligência (pagamento dos peões), o negociante solicitou ao comandante que lhe fizesse “*mercê [ao] conceder licença para matar a tourada que se achar*”; com os couros e o sebo, Cristóvão Pereira declarava suprir as despesas realizadas até então para a organização dessa empreitada.⁷⁶

Como resposta a essa petição, André Ribeiro Coutinho acordou com Cristóvão Pereira para que este recolhesse os touros encontrados na margem norte e deles retirasse o couro e o sebo. No entanto, o comandante da guarnição militar impôs algumas condições ao tropeiro: pagamento dos quinto na Guarda do Norte; amansamento dos novinhos; transferência de bezerras, vitelas e vacas para a Fazenda Real.

Outro negócio, também relacionado com a pecuária, foi efetivado por Cristóvão Pereira de Abreu em 1743: o governador Diogo Osório de Cardoso (substituto de André Ribeiro Coutinho) assinou um termo de compra de “*uma caieira que descobriu [Cristóvão Pereira], com a cal que estiver feita, e casca lavada e por lavar, e ranchos que fez para a beneficiar, como também duas canoas, e assim mais, e todas as suas pertenças*”.⁷⁷ A cal era utilizada para acelerar a desidratação do couro extraído do gado, além de servir para a retirada de pêlos da courama, aumentando seu preço. Outro benefício da cal era o seu emprego, juntamente com o sebo, para a produção de sabões. Dessa forma, de acordo com Martha Hameister, a venda de uma caieira por parte do tropeiro pode indicar o declínio do número do gado na região, pois até então a posse

⁷⁶ Registo de uma petição do Coronel Cristóvão Pereira de Abreu informação e despacho do Mestre-de-campo Comandante André Ribeiro Coutinho. 19.07.1739. AAHRS, v.1, 1977, pp.104-105, citação p.104.

⁷⁷ Registo de uma portaria do Senhor Coronel Governador Diogo Osório de Cardoso. 30.06.1743. AAHRS, v.1, 1977, pp.195-196.

desse tipo de material gerava lucros para aqueles que lidavam com produtos extraídos do gado, como couro e sebo.⁷⁸

3.2. Interesses na região mineradora: solicitação de cargos públicos

De acordo com o que foi explicado anteriormente (capítulo 2) a respeito do envio de tropas de gado do extremo sul da América portuguesa para a região mineradora, diversos documentos comprovam a participação de Cristóvão Pereira de Abreu nessa área de atuação. Pretende-se aqui analisar alguns desses documentos, indo além da simples descrição de suas atividades, pois através dos ofícios enviados ao Conselho Ultramarino é possível identificar estratégias de distinção social adotadas pelo tropeiro.

Ainda em Rio Grande, um requerimento traz notícias de que Cristóvão Pereira estava organizando o envio de uma tropa de gado para São Paulo e Minas. O documento, assinado pelos tropeiros Diogo Correia, Antonio Loureiro da Silva e Francisco Carvalho da Cunha,⁷⁹ solicitava uma provisão do governador André Ribeiro Coutinho para passarem pela guarda com suas tropas em direção a São Paulo e Minas. Na resposta de Coutinho, o comandante mandou que se enviasse uma réplica a Cristóvão Pereira de Abreu, que responde “*como os Suplicantes dizem ter as suas tropas prontas para entrar ao caminho e as pretendem mandar sem que a minha lhes prefira adiante (...)*”. Dessa forma, sabe-se que Cristóvão Pereira mantinha sua atividade de tropeiro, arrebanhando gado no Rio Grande de São Pedro e o enviando a São Paulo.⁸⁰

Alguns meses após o envio dessa tropa a São Paulo, Cristóvão Pereira de Abreu enviou ao Conselho Ultramarino uma declaração solicitando um cargo municipal. Documentos do Arquivo Ultramarino Histórico comprovam seu interesse nos cargos de escrivão das Execuções e Tabelião em povoados da região mineradora (Mariana, Vila

⁷⁸ Sobre essa questão, ver: HAMEISTER, op. cit., pp.188-189. Para maiores informações sobre a importância da cal nesse período no extremo sul da América portuguesa, ver: HAMEISTER, op. cit., pp.73-74;

⁷⁹ Francisco Carvalho da Cunha foi o doador das terras para a construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, em 1741, que posteriormente deu origem à freguesia de Viamão. Ver: KÜHN, Fábio. “Uma fronteira do império...”, op. cit., p. 114.

⁸⁰ Registo do requerimento que fizeram os tropeiros ao Sr. Mestre-de-campo Governador, provisão e despacho como nele se declara. 13.03.1739. AAHRS, v.1, 1977, pp.119-121, citação p.120.

Rica; vila do Carmo).⁸¹ A motivação para ocupar qualquer desses postos pode ser explicado pela importância das elites locais na administração das possessões ultramarinas do império português.

Por mais que os ofícios almeçados por Cristóvão Pereira não representassem grande relevância dentro do sistema administrativo local, como era o caso dos cargos de Ouvidor e Provedor, eles concediam ao seu detentor algumas vantagens, nem que fosse como uma forma de conseguir, mais adiante, um cargo de maior proeminência. Contudo, como bem lembra Antonio Manuel Hespanha, os ofícios de justiça (como os cobiçados por Cristóvão) não eram tão importantes pelo seu rendimento e, sim, pela centralidade desses cargos no contexto em que estavam inserido. Na sociedade de Antigo Regime do século XVIII, todos os documentos legais precisavam ser registrados de forma escrita e posteriormente arquivados

“em cartórios que se tornavam os repositórios da memória jurídica, social e política. Tudo aquilo que importava nesta sociedade tinha de deixar traços aí. Em contrapartida, a preservação, extravio, manipulação ou falsificação de documentos tinha um enorme significado político. Nesse contexto, pode-se imaginar a amplitude das lutas para o controle dos arquivos e dos cargos de justiça”.⁸²

Dessa forma, notários e escrivães detinham um certo poder em suas mãos, uma vez que possuíam os meios necessários para alterar documentos. Outra motivação para a ocupação desses ofícios diz respeito à troca de favores entre membros da elite, pois, de acordo com Hespanha, *“parece que muitas compras se destinavam justamente à remuneração de favores ou a atos de proteção; com o que, além do mais, se recebia em troca a garantia de que papéis, cômodos ou incômodos, estavam em boas mãos”*.⁸³

Ao trabalhar com o conceito de *“nobreza da terra”*, Maria Fernanda Bicalho faz algumas reflexões que podem ser utilizadas para analisar a trajetória de Cristóvão,

⁸¹ AHU, SP, MG, cx.16, doc.1580. DECLARAÇÃO de (Cristóvão Pereira de Abreu) na qual (...), pedia, em lugar deles, o [ofício] de escrivão das Execuções da cidade Mariana, por espaço de doze anos, ou o lugar de Tabelião da mesma cidade ou de Vila Rica, pelo mesmo espaço de tempo. [14.04.ant.1746]; AHU, SP, MG, cx.16, doc.1600. REQUERIMENTO do coronel professo da Ordem de Cristo, Cristóvão Pereira de Abreu, a (D. João V), pedindo que, atendendo aos seus bons serviços, o nomeie para o lugar de escrivão das Execuções de vila do Carmo, por doze anos, ou lhe dê metade dos rendimentos dos direitos pagos pelo gado que entra na capitania de São Paulo, pelo sertão do rio de São Paulo, e dois hábitos de Cristo. [20.06.ant.1746].

⁸² HESPANHA, A. M. “A constituição do Império português...”, op. cit., p.186.

⁸³ HESPANHA, A. M. “A constituição do Império português...”, op. cit., p.186.

porém, deve-se ter em mente que o tropeiro não fazia parte dessa elite;⁸⁴ além disso, a historiadora analisa as elites do Rio de Janeiro e Pernambuco, sem tratar da região mineradora, que possuía um caráter distinto das outras duas capitanias citadas.

Retomando o interesse de Cristóvão pelos ofícios de escrivão das Execuções ou Tabelião, o requerimento foi feito em forma de mercê: o tropeiro afirmava ter servido a Coroa portuguesa e por isso, ser merecedor de remuneração.⁸⁵ Além de pedir sua nomeação para ocupar um dos cargos, Cristóvão Pereira solicitou dois hábitos de Cristo e, como substituição aos ofícios, caso não os recebesse, o tropeiro sugeriu que lhe fosse passado o direito de metade dos rendimentos do Registro de Curitiba, que controlava a entrada do gado enviado do sul para São Paulo. Como resposta, Cristóvão Pereira foi agraciado com metade dos direitos pagos pela entrada de gado na capitania de São Paulo, como havia solicitado.⁸⁶

3.3. Participação nas atividades demarcatórias do Tratado de Madri

Em 1750, foi assinado o Tratado de Madri, que previa algumas alterações no sul da América: a Colônia do Sacramento passaria para o domínio espanhol, enquanto as missões jesuíticas localizadas na margem esquerda do rio Uruguai, tornariam-se portuguesas. Outras medidas, como o envio de uma expedição mista (composta por súditos de ambos os reinos) para efetuar a demarcação do limite entre os dois territórios

⁸⁴ Cristóvão Pereira de Abreu encaixaria-se melhor no estrato que Maria Fernanda Bicalho denominou de “*nobreza civil ou política*”, onde se incluíam “aqueles que, embora de nascimento humilde, conquistaram um grau de enobrecimento devido a ações valorosas que obraram ou a cargos honrados que ocuparam, mormente os postos da *república*, diferenciando-se, portanto, da verdadeira nobreza derivada do sangue e herdada dos avós”. BICALHO, op. cit., citação p.28.

⁸⁵ AHU, SP, MG, cx.17, doc.1642. CONSULTA (Cópia da) do Conselho Ultramarino sobre o requerimento do coronel Cristóvão Pereira de Abreu, no qual diz ter servido na Nova Colônia do Sacramento, Minas Gerais e São Paulo, na guerra do Rio da Prata e Rio de São Pedro (...). Por estes e outros serviços, pedira a (D. João V) que lhe fizesse mercê da serventia do ofício de escrivão das Execuções da vila do Carmo, por doze anos, e de dois Hábitos de Cristo, para seu filho e neto. 04.02.1747.

⁸⁶ AHU, SP, MG, cx.17, doc.1670. REQUERIMENTO do coronel Cristóvão Pereira de Abreu a (D. João V), pedindo que, em virtude de lhe ter feito mercê, por doze anos, da metade dos direitos que pagavam os gados e cavalgaduras que entravam na capitania de São Paulo, ordene ao governador e capitão-general da dita capitania que mande pôr nalguma paragem, quatro soldados, um cabo e um provedor com um escrivão para evitar qualquer descaminho. [30.04.ant.1747]; AHU, SP, MG, cx.17, doc.1671. REQUERIMENTO do coronel Cristóvão Pereira de Abreu a (D. João V), no qual diz que, em pagamento dos seus serviços, lhe fora dada a mercê de metade dos direitos pagos pelo gado que entrava na capitania de São Paulo pelo registo de Curitiba. Para se servir desta regalia, pede que se ordene ao provedor da Fazenda Real que mande fazer, de três em três meses, a conta dos direitos que forem cobrados e se lhe entregue a parte que lhe pertence. [30.04.ant. 1747].

também foram tomadas. A expedição seria conduzida por dois Comissários, um português e um espanhol; para representar a Coroa lusitana, nomeou-se o general Gomes Freire de Andrade.

Sobre as providências necessárias para a organização de tal expedição, Gomes Freire, afirma que havia tomado e “*adiantado pellas comarcas de São Paulo com o Coronel da ordenança Christovão Pereira para fazer baixar dellas Paulistas, e homens mateiros, próprios para o que S. Mag. he servido*”.⁸⁷ Assim, o governador contava com Cristóvão para recrutar alguns homens – paulistas, ou seja, sertanistas – para seguir até Castilhos Grande (na costa do atual Uruguai), local que marcava o ponto de encontro para a partida da expedição. Enquanto o tropeiro ocupava-se em São Paulo, Gomes Freire seguiu para o Rio de Janeiro a fim de preparar sua viagem para o sul.⁸⁸

Em dezembro de 1752, Cristóvão Pereira de Abreu já encontrava-se em Rio Grande, recém elevada a categoria de Vila (1751), onde solicitava do governo o valor a ser pago aos paulistas que o acompanhavam, de acordo com as ordens de Gomes Freire, no que foi atendido por Pascoal de Azevedo, comandante do presídio.⁸⁹ Dos cerca de duzentos homens que acompanhavam o tropeiro para participar da expedição demarcatória, oitenta foram designados, por ordem do Primeiro Comissário, a permanecer nos campos de Viamão, onde deveriam construir canoas que serviriam de transporte até as missões jesuíticas; outros ainda foram enviados a subir o rio Jacuí.⁹⁰

A participação de Cristóvão Pereira nas atividades envolvendo a Demarcação de Limites não se limitou a esse episódio. De acordo com um bando, publicado por Gomes Freire de Andrade, tratando da convocação de casais para povoar o território meridional – ainda no contexto da demarcação do Tratado de Madri –, o referido governador explica a situação no extremo sul e, de forma a incentivar a migração para o local,

⁸⁷ Registro de duas cartas para os Secretários de Estado que forão pelas Ilhas. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XXI, 1927, pp.526.

⁸⁸ Gomes Freire de Andrade encontrava-se, no momento em que foi nomeado Primeiro Comissário da Expedição de Demarcação do Tratado, em Minas Gerais. No seu retorno ao Rio de Janeiro, ao passar por São Paulo, encontrou Cristóvão Pereira.

⁸⁹ Registo da portaria do Tenente-coronel Governador em que ordena ao Dr. Provedor da Fazenda Real entregue ao coronel Cristóvão Pereira de Abreu 1:280\$ rs. para o que nela se declara. AAHS, v.1, 1977, pp.320-321. [09.12.1752].

pagamento dos paulistas que Cristóvão Pereira trazia para o serviço da expedição demarcatória.

⁹⁰ XAVIER, Paulo. Porto Alegre: origem do agrupamento urbano. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n.121, 1975, p.109.

concede aos casais que se estabelecessem na região alguns benefícios, como terras. A respeito das

“conveniências e privilégios que são concedidos aos que fizerem os referidos estabelecimentos, declaro [Gomes Freire] que nas mãos dos Ouvidores das Comarcas de S. Paulo e Paranaguá e do Coronel Cristóvão Pereira de Abreu se acham as cópias das Provisões e Ordens de S. M. em que concede o referido”.⁹¹

Esse documento comprova a confiança que Gomes Freire, conde de Bobadela, detinha em Cristóvão Pereira, ao conferir a ele – além dos Ouvidores – a guarda de Provisões e Ordens expedidas.

A demarcação do Tratado de Madri acabou não se concretizando. Seja pela demora das expedições – que encontravam pela frente muitos obstáculos naturais, atrasando o percurso –, seja pelo fracasso nas negociações com os índios que se recusaram a sair das Missões, ou mesmo pela dificuldade de entendimento entre portugueses e espanhóis. O certo é que as expedições não terminaram conforme se esperava: demarcando definitivamente os limites entre os dois territórios.

Quanto a Cristóvão Pereira de Abreu, faleceu antes de assistir o fracasso da expedição, em 1755, na Vila de Rio Grande. Deixou como testamentários: Manuel Lobo dos Santos, Manuel de Araújo Gomes e Francisco Antônio Cardoso de Meneses e Sousa, membros da elite em atividade na região do extremo sul da América portuguesa, e integrantes da rede de sociabilidade na qual Cristóvão Pereira estava inserido.

⁹¹ Apud XAVIER, op. cit., p.107.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de sua vida, Cristóvão Pereira de Abreu desenvolveu diversas atividades que, de alguma forma, relacionam-se com a constituição o estado sul-riograndense. Sua atuação como tropeiro, sendo um dos primeiros a adentrar pelo sertão sulino, carregando consigo tropas de gado, auxiliou a Coroa lusitana a conhecer e consolidar seu domínio sobre a região.

Como foi mostrado, o couro, na Colônia do Sacramento, foi um dos produtos mais importantes, despertando a atenção dos portugueses na América para o extremo sul do território. Juntamente com os metais que chegavam ao Rio da Prata, a extração de couro do gado *vacum* motivou a fundação de uma praça lusitana na região. Nesse contexto, surge o nome de Cristóvão Pereira de Abreu, como coureador.

Com a fundação do forte Jesus Maria José, na barra do Rio Grande de São Pedro, a figura de Cristóvão acabou por ganhar maior destaque, principalmente entre a historiografia tradicional do século XX. Os escritores vinculados a essa corrente – Walter Spalding, Guilhermino Cesar, Arthur Ferreira Filho –, consideravam o tropeiro um dos fundadores do Rio Grande do Sul, devido a sua atuação no território. Nos primeiros anos após a construção da fortaleza, Cristóvão Pereira esteve presente na futura vila de Rio Grande, auxiliando as autoridades portuguesas a organizar a Comandância militar ali implantada. Suas atividades consistiam em apreender o gado solto nos campos ao redor do núcleo recém construído, levando-os até a Estância Real, além de tratar de negócios particulares, como a compra e venda de gado dos minuanos.

Cristóvão Pereira também foi um dos responsáveis, junto com Francisco de Souza e Faria, pela abertura de um caminho entre o extremo sul e a Capitania de São Paulo. A Estrada Real, como foi denominado o trajeto, teve grande importância, pois

facilitou o transporte e a comunicação entre os dois pontos, dando suporte para o desenvolvimento da região.

Apesar do tempo dedicado a atividades no sul da América portuguesa, não se pode dizer que Cristóvão Pereira de Abreu tenha sido um homem do sul, apesar de ter sido importante na história do Rio Grande do Sul. Sua constante movimentação dentro do território americano, comprovada pelos documentos provenientes de diversos locais, permite identificá-lo como um homem de negócios sempre em busca de melhores oportunidades. Entretanto, não há que se negar a forte vinculação de sua figura com a região meridional, onde não só esteve envolvido por interesses próprios, mas, também, na organização administrativa e militar da região.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias Manuscritas

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. **Documento manuscrito avulso referente a Capitania da Nova Colônia do Sacramento.** Caixa 1, doc.102. Ano: 1723, Fevereiro, 19. CARTA do [governador da Nova Colônia do Sacramento], António Pedro de Vasconcelos, ao rei [D. João V], sobre o embargo dos couros de Cristóvão Pereira de Abreu, enviados no navio Nossa Senhora Madre de Deus e São José.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. **Documento manuscrito avulso referente a Capitania da Nova Colônia do Sacramento.** Caixa 2, doc.195. Ano: 1728 Junho, 13. CARTA do [governador da Nova Colônia do Sacramento], António Pedro de Vasconcelos, ao rei [D. João V], sobre a devassa que fez e enviou ao Conselho Ultramarino, acerca das actividades ilegais do religioso carmelita frei Sebastião Álvares, e do homem de negócios Cristóvão Pereira de Abreu.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. **Documento manuscrito referente a Capitania de São Paulo – Catálogo Mendes Gouveia.** Caixa 12, doc. 1188. 1736, Abril, 6, Santos CARTA do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas (Antônio Luís de Távora) para (D. João V), informando que Antônio Pedro de Vasconcelos lhe escreveu, em 27 de Julho de 1735, dando conta de que o avisaram para se conservar de prevenção para que no caso de guerra e sendo invadida a praça da Nova Colônia estar prevenido com material e alguns soldados da Baía do Rio de Janeiro, que achassem serem necessárias. Era conveniente, encontrar-se naquela região, Cristóvão Pereira de Abreu, pelo grande conhecimento que tinha do gentio Tapes e Minuanes por serem os que faziam mais opressão.. Assim, ordenou que Cristóvão Pereira de Abreu seguisse para aquela praça. Deu ordem aos coronéis da sua capitania, para marchar sobre as aldeias Tapes e que, de Paranaguá, Ilha de Santa Catarina e Laguna, seguissem mantimentos. Informou também que convocou a junta e que com aprovação de todos, resolveu mandar por conta da Fazenda Real apetrechos e munições, o que certamente seria aprovado por aquele monarca.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. **Documento manuscrito referente a Capitania de São Paulo – Catálogo Mendes Gouveia.** Caixa 16, doc. 1580. [ant. 1746, Abril, 14, s.l.] DECLARAÇÃO de (Cristóvão Pereira de Abreu) na qual diz que, por ter notícia que o ofício de escrivão das Execuções de Vila Rica estava aplicado a uma consignação particular e o de escrivão da Ouvidoria do Rio das Mortes se achava já ocupado, pedia, em lugar deles, o de escrivão das Execuções da cidade Mariana, por espaço de doze anos, ou o lugar de Tabelião da mesma cidade ou de Vila Rica, pelo mesmo espaço de tempo.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. **Documento manuscrito referente a Capitania de São Paulo – Catálogo Mendes Gouveia.** Caixa 16, doc. 1600. [ant. 1746, Junho, 20] REQUERIMENTO do coronel professo da Ordem de Cristo, Cristóvão Pereira de Abreu, a (D. João V), pedindo que, atendendo aos seus bons serviços, o nomeie para o lugar de escrivão das Execuções de vila do Carmo, por doze ano, ou lhe dê metade dos rendimentos dos direitos pagos pelo gado que entra na capitania de São Paulo, pelo sertão do rio de São Paulo, e dois hábitos de Cristo.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. **Documento manuscrito referente a Capitania de São Paulo – Catálogo Mendes Gouveia.** Caixa 17, doc. 1642. 1747, Fevereiro, 04, Lisboa. CONSULTA (Cópia da) do Conselho Ultramarino sobre o requerimento do coronel Cristóvão Pereira de Abreu, no qual diz ter servido na Nova Colônia do Sacramento, Minas Gerais e São Paulo, na guerra do Rio da Prata e Rio de São Pedro, onde com 177 homens montados à custa da sua fazenda, defendera até ao "Serro de São Miguel", sem cobrar qualquer soldo, até a chegada do brigadeiro José da Silva Pais a quem forneceu, também à sua custa, uma embarcação cheia de mantimentos. Por estes e outros serviços, pedira a (D. João V) que lhe fizesse mercê da serventia do ofício de escrivão das Execuções da vila do Carmo, por doze anos, e de dois Hábitos de Cristo, para seu filho e neto.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. **Documento manuscrito referente a Capitania de São Paulo – Catálogo Mendes Gouveia.** Caixa 16, doc. 1670. [ant. 1747, Abril, 30, s.l.]. REQUERIMENTO do coronel Cristóvão Pereira de Abreu a (D. João V), pedindo que, em virtude de lhe ter feito mercê, por doze anos, da metade dos direitos que pagavam os gados e cavalgaduras que entravam na capitania de São Paulo, ordene ao governador e capitão-general da dita capitania que mande pôr nalguma paragem, quatro soldados, um cabo e um provedor com um escrivão para evitar qualquer descaminho.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. **Documento manuscrito referente a Capitania de São Paulo – Catálogo Mendes Gouveia.** Caixa 16, doc. 1671. [ant. 1747, Abril, 30, Santos] REQUERIMENTO do coronel Cristóvão Pereira de Abreu a (D. João V), no qual diz que, em pagamento dos seus serviços, lhe fora dada a mercê de metade dos direitos pagos pelo gado que entrava na capitania de São Paulo pelo registo de Curitiba. Para se servir desta regalia, pede que se ordene ao provedor da Fazenda Real que mande fazer, de três em três meses, a conta dos direitos que forem cobrados e se lhe entregue a parte que lhe pertence.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. **Documento manuscrito avulso referente a Capitania do Rio de Janeiro.** Caixa 8, doc. 820. Ano: 1704, Junho, 11. REQUERIMENTO do contratador dos Couros, Cristóvão Pereira de Abreu, ao [governador do Rio de Janeiro, D. Álvaro da Silveira de Albuquerque], solicitando traslado de seus papéis por ter sido preso pelo juiz de Fora do Rio de Janeiro, [Francisco Leitão de Carvalho].

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. **Documento manuscrito referente a Capitania do Rio de Janeiro – Catálogo Castro e Almeida.** Caixa 16, doc. 3474. Ano: 1716, Março, 10. CONSULTA do Conselho Ultramarino, sobre uma petição de Christovão Pereira de Abreu, residente no Rio de Janeiro, contratador do tabaco, relativa à execução do seu contrato.

Fontes Primárias Impressas

ABREU, Cristóvão Pereira de Abreu. “3ª Prática – Notícia dada pelo Coronel Cristóvão Pereira de Abreu, sobre o mesmo caminho ao R. P. M. Diogo Soares.”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo 69, parte 1, 1908. Rio de Janeiro.

ABREU, Cristóvão Pereira de. “Carta de Christovão Pereira de Abreu para o Gn.¹ Gomes Freire de Andrada, datada da Villa de Santos a 22 de Abril de 1736.” In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, 4º trimestre, n.104, 1946

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Anais**. Porto Alegre: IEL/AHRGS, 1977. V.1.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Demarcação do Sul do Brasil. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. V. XXI, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1927.

FARIA, Francisco de Souza e. “Notícia – 1ª Prática Dada ao R. P. M. Diogo Soares, pelo Sargento Mor da Cavalaria Francisco de Souza e Faria, primeiro descobridor e abridor do dito Caminho”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo 69 parte 1, 1908. Rio de Janeiro.

MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. **A Colônia de Sacramento 1680-1777 – Volume II**. Porto Alegre: Globo, 1937.

SÁ, Simão Pereira de. **História Topográfica e Bélica da nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata**. Porto Alegre: Arcano 17, 1993.

SYLVA, Silvestre Ferreira. **Relação do sítio da Nova Colônia do Sacramento**. Porto Alegre: Arcano 17, 1993.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Luis Ferrand de. **A Colônia do Sacramento na época da sucessão de Espanha**. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973.

BICALHO, M. Fernanda. “Conquista, mercês e poder local: a *nobreza da terra* na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”. In: **Almanack Braziliense**, São Paulo, n.º.2, p.21-34, novembro de 2005. Disponível em: http://www.almanack.usp.br/PDFS/2/02_forum_2.pdf. Acesso em 08/10/2009.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CANABRAVA, Alice. **O comércio português no rio da Prata (1580 – 1640)**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/ USP, Boletim XXXV, 1944.

CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul – período colonial**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1980.

FERREIRA Fº, Arthur. **História geral do Rio Grande do Sul 1503-1964**. Porto Alegre: Globo, 1958.

FERREIRA, Mário Clemente. **O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional: os trabalhos demarcadores das Partidas do Sul e a sua produção cartográfica (1749-1761)**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

FORTES, João Borges. **Rio Grande de São Pedro: povoamento e conquista**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1941.

_____. **O Brigadeiro José da Silva Paes e a fundação do Rio Grande**. Porto Alegre: ERUS, 1980.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda. ; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GINZBURG, Carlo. “O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico”. In: **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

GOULART, José Alípio. **Tropas e tropeiros na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

GUTFREIND, Ieda. **A Historiografia Rio-grandense**. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1992.

HAMEISTER, Martha Daisson. **O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727-c.1763)**. Rio de Janeiro: PPGHIS - UFRJ, 2002. (Dissertação de mestrado).

HESPANHA, Antonio Manuel. **As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal, século XVII**. Coimbra: Livraria Almedina, 1994;

HESPANHA, A. M. “A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, M. Fernanda; GOUVÊA, M. Fátima (orgs.). **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp.163-187.

_____. “Depois do Leviathan”. In: **Almanack Braziliense**, São Paulo, nº.5, p.55-66, maio de 2007. Disponível em: <http://www.almanack.usp.br/PDFS/5/05_artigo_1.pdf>. Acesso em 08/10/2009.

KÜHN, Fábio. **Gente da Fronteira: Família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII**. Niterói: PPGHIS – UFF, 2006. (Tese de doutorado).

_____. “Uma fronteira do império: o sul da América portuguesa na primeira metade do século XVIII”. In: **Anais de história de além-mar**, Lisboa Vol.8 (2007), pp.103-121.

LARA, Sílvia Hunold. “Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico”. In: **Anos 90**, v.15, n.28, 2008. p.21.

LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

MONTEIRO, Nuno G. “O ‘Ethos’ Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social”. In: **Almanack Braziliense**, São Paulo, n.º.2, p.4-20, novembro de 2005. Disponível em: http://www.almanack.usp.br/PDFS/2/02_forum_1.pdf. Acesso em 08/10/2009.

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PORTO, Aurélio. **História das Missões Orientais do Uruguai – Segunda Parte**. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954.

POSSAMAI, Paulo. **A vida cotidiana na Colônia do Sacramento (1715-1735)**. Lisboa: Editora Livros do Brasil, 2006.

PRADO, Fabrício Pereira. **A Colônia de Sacramento: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII**. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650 - c.1750)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SCHMIDT, Benito Bisso. “Biografia e regimes de historicidade”. In: **Métis: história e cultura**. V.2, n.3, jan./jun. 2003.

_____. “Entrevista com Sabina Loriga: a história biográfica”. In: **Métis: história e cultura**. V.2, n.3, jan./jun. 2003.

SILVA, Adriana Fraga da. **Estratégias materiais e espacialidade: uma Arqueologia da Paisagem do Tropeirismo nos Campos de Cima da Serra/RS**. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS, Porto Alegre, 2006, p.94. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=22923. Acesso em: 9 nov. 2009.

SOUZA, Laura de Mello. **O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

SPALDING, Walter. **Construtores do Rio Grande**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1969. Volume I

VELLINHO, Moysés. **Capitania d’El-Rei: atos polêmicos da formação rio-grandense**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1964.

XAVIER, Paulo. Porto Alegre: origem do agrupamento urbano. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n.121, 1975, p.109.